

21

1ª Câmara
Conselho Pleno

D.G.E. 7950-936
7951-936

N. 4024

4024

1934

DISTR

LC 1724-34
CAIXA 2024-34

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO



25-5

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO

Em borges

1ª SECCÃO

19 FICHA DO ANIDA

PROCESSO

Manoel Rodrigues dos Santos,
solicitando o seu aproveitamento no
logar de aparelhador da The Rio de
Janeiro Tramway Light and Power Co
Ltd., em virtude de ter sido extinto
o cargo que occupava

ANNEXOS

N. 1382-1756-2817-3601-6532-

194

Excm^o. Snr. Dr. Procurador Geral do Ministerio do Trabalho

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Em 19 de Abril de 1934
N^o 1-4024

Manoel Rodrigues dos Santos, acendedor e bombeiro da The Rio de Janeiro Tramway and Light Company Limited, com 14 annos e pouco de serviço effective, recebendo a diaria de 7\$500, cujo cargo foi extinto em Setembro de anno passado, foi aproveitade como abridor de valas na rua, recebendo a diaria mais ou menos de 9\$000.

Acontece agora que tendo o Supplicante quatro officios que pôde desempenhar na propria Empresa, vem, com o devido respeito, pedir a V. Exa. as necessarias providencias para que seja aproveitade no lugar de aparelhador, uma vez que a Empresa deseja que o sup- plicante peça demissão, prejudicando o tempo de serviço que já presta, começando como si fosse empregado novo.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro 19 Abril de 1934
e Manoel Rodrigues dos Santos



Rec. na 1^a Secção 24. ABR. 1934

Ao Sr. Sec. da Cruz para informa-
Em 30 de Maio de 1934
Theodor de Almeida Sodré
Director da 1^a Secção

Rua Guilhermina, 209
Ourantado

Rec. na 1^a Secção - 30-4-34
F. M. M.

19/6

INFORMAÇÃO

MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS, acededor e bombeiro da The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Limited, com 14 anos de serviço efetivo, solicita a este Conselho as necessarias providencias no sentido de ser aproveitado no lugar de aparelhador da mesma Empreza, em virtude de ter sido extinto, em Setembro p. passado, o lugar que occupava.

Nessa conformidade, proponho que, preliminarmente, seja ouvida a Empreza reclamada, mediante copia da petição do interessado.

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1934

Francisco Dias da Silva

2º Oficial

A CONSIDERAÇÃO DO SR. DIRECTOR

Em 2 de Maio de 1934

Theodoro de Almeida Sodré

Director da 1ª Secção

A 1ª Secção para fazer o expediente sugerido.

*Rec. nº 934
J. S. M. M. M.*

*No impedimento do Director e Secretário
Rec. na 1ª - 9. MAIO 1934*

Ho Sr. Agnelo R. de Almeida para providencias

Em 10 de Maio de 1934

Theodoro de Almeida Sodré

Director da 1ª Secção

pl. 3

Apresentei o seguinte expediente.

Rio, 16-5-934,

of. Benjamini S. Alcy.
aux. 2º of.

Comunicação de 18.

of. Benjamini S. Alcy.
aux. 2º of.

P. 4024/34

AG/EA

17

Maio

4

1-690

Sr. Superintendente da The Rio de Janeiro Tramway, Light
and Power Co.

Rio

Remetendo-vos a inclusa cópia da reclamação oferecida
por Manoel Rodrigues dos Santos contra essa Empresa, solicito-vos,
de ordem do Sr. Presidente os necessarios esclarecimentos a res-
peito.

Atenciosas saudações.

Diretor da Secretaria

[Handwritten signatures and notes, including "M. Rodrigues dos Santos" and other illegible text]

Sr. Superintendente da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co.

Rio

Remetendo-vos a inclusa copia da reclamação oferecida por Manoel Rodrigues dos Santos contra essa Empresa, solicito-vos de ordem do Sr. Presidente os necessarios esclarecimentos a respeito.

Atenciosas saudações.

Juntada

Junto aos autos a petição de nº. 576.

Rio, 23-5-20

M. Bogaini S. R. J.
Assessor

5

N.º 7950
ENTRADA 26/7/1936
Minist.
I. Previd.

Exmo. Sr. Ministro do Trabalho Industria e Comercio.

Tendo requerido a V.Exa. em 19 de Abril do corrente ano, processo que recebeu o numero 4.024, sob uma reclamação contra a Ligth and Power, venho muito respeitosamente trazer ao conhecimento de V.Exa. o historico geral que deu origem ao meu requerimento, o que não pode fazer com certa eficiencia, solicitando a V.Exa. a fineza de mandar juntar este ao referido processo numero 4.024.

Prestando o meu concurso a Ligth and Power durante o espaço de mais quinze anos, como provarei a V.Exa. em qualquer tempo, exhibindo minha caderneta, que recebeu o numero de ordem 6569, tenho exercido na Ligth and Power quatro profissões:

- 1º) - bombeiro;
- 2º) - encarregado de tirar o diagrama de alta pressão;
- 3º) - conservador dos fogões a gaz;
- 4º) - aparelhador.

A minha entrada na Ligth and Power data de 15 de Abril de 1913.

Em 21 de Novembro de 1923, devido o meu estado de saude fui licenciado, apresentando-me ao trabalho em 8 de Dezembro de 1926, sendo designado para servir como acendedor e aparelhador.

Nunca deixei de ser pontual nas horas de labor, afrontando temporais. Nunca recebi uma simples ou méra observação dos meus superiores hierarchicos.

Em Setembro de 1920, sofri em hora de trabalho um aciden-

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

L N.º 1-4475 X
Em 5 de Maio de 1934

Rec. na ... 4. MAIO 1934

4/8

te, queda de um lampeão que veio produzir lesões numa perna impedindo-me de exercer as minhas funções de operario.

Tendo sofrido este acidente em hora de trabalho e no proprio trabalho, em vês de ser melhorado com uma das profissões que exerço ou na peor da hipotese continuar na mesma, os meus superiores, deram como premio do tempo que tenho na Ligth and Power, do meu comportamento exemplar e do proprio acidente que fui victima, mandaram os meus superiores, que eu fosse trabalhar na abertura de vallas nas ruas, função esta que por julgar incompativel recorro a V.Exa. no que me parece justo, tendo eu, quatro profissões que posso exercer, para ser designado em quaisquer delas.

Mais ainda, Exmo. Sr. Ministro, querem que eu assinne, a viva força a minha demissão, sob o fundamento irrisorio aliás, depois de praticado tal áto de demissão, eu serei recompensado na minha pretensão.

Tendo apelado para os meus superiores, vejo baldado todos os meus esforços.

Mais ainda, Exmo. Sr. Ministro e peço licença para citar este fáto que reputo importante: A Ligth and Power, mandou um chamado de urgencia no dia 29 de Março do corrente, para eu comparecer ao seu escritorio, exhibindo nesta ocasião, o meu pedido de demissão, o que não concordei, pois, não posso perder perto de 15 anns que tenho de casa.

Neste interim, um empregado da Ligth and Power dirigiu de automovel, com mais 3 testemunhas, a nossa residencia e procurou a minha senhora solicitando a sua assinatura em documento, pedido de minha demissão, assinando a meu arrogo sob o falso fundamento de que eu não sei lêr e escrever, o que não exprime a verdade, pois, infelizmente, quem não sabe lêr e escrever é minha senhora.

Posso dar testemunho deste fato como Sr. José Joaquim da Silva, negociante estabelecido á rua Guilhermina nº 210, e outras pessoas que assistiram esse fato.

Apelando para o espirito justo e sereno de V.Exa., tenho absoluta certeza de que V.Exa. procederá com justiça depois de ouvida a interessada.

Nestes termos,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 30 Abril de 1934
Manoel Rodrigues dos Santos



Accm. Agnelo B. de Almeida para informa
Em 9 de Maio de 1934
Theodoro de Almeida Sodré
Director da 1.ª Secção

4024 / 34

Sec. 2-5-34

— Informação —

Um empimento ao despacho de fl. 3, foi oficiado a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, solicitando se lhe esclarecimentos à cerca da queixa que Manoel Soares dos Santos queixou a este Conselho contra as injustiças de que está sendo vítima na referida empresa.

Agora, como junta da da petição de fl. 5, o suplicante Litoria melhor a sua situação, relatando fatos que, a meu ver, precisam ser conhecidos pela autoridade superior.

Descreve o reclamante a parte de perseguições que está sofrendo, inclusive a ameaça de ser demitido do cargo.

Não seria aconselhável que esta Secretaria, em adiamento ao ofício de fl. 3, enviasse àquela empresa uma cópia da petição ora junta aos autos, afim de que a respectiva superintendência apresente os seus delegados sobre o que se declarou no dito documento.

Em atzo, fraco-

unido de serviço.

Rio, 23 Maio de 1934.
M. Benfaminini S. P. R.
adv. de 2

CONSIDERAÇÃO DO SR. DIRECTOR

24 de Maio de 1934

Teodoro de Almeida Sodré

Director da 1.ª Secção

VISTO-Ao Snr. Dr. Procurador Geral,
de ordem do Exmo. Snr. Presidente.

Em 26 de Maio de 1934

Quarta
Director da Secretaria

Rec. na Procuradoria em 1/6/1934

Requisição para o officio de advogado
para um posto de formação sobre
a matéria de natureza e a officio
e para um jurista por um mês
no 1.º departamento de serviço.

Rio, 1/6/1934

J. Henriques de Almeida
H. prof.

Recebido no gab. em 4-6-34

At. Sr. Lucas para preparar o expediente

Rio, 7 de Junho de 1934

Quarta
Director da Secretaria

Rec. na 1.ª 12.ª JUN. 1934

8

Ao Sr. Bergamini de Breu para preparar o expediente

Em 19 de Junho de 1934

Theodor de Almeida Sobrinho

Director da 1.ª Secção

Tanto o reclamante, como a
Empresa já satisfizeram o requi-
rido pela Junta Económica
Local. Por essa razão pelo dis-
necessário fazer o expediente
definitivo.

Rio, 25. 6. 34
Th. Bergamini de Breu
Ass. Dir.

Sumtasa
punto avo avto or doos.
que se refuerza.

his do. C. 30.
M. Rufanici d. H.
ann 2.

EXMO. SR. DR. PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Nº 5309

23 de Maio de 1934

Justo se.
Rio, 26 maio 1934

4024

Secretaria 24-5-1934

MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS, vem pelo presente, solicitar a V.Ex. se digne de determinar a juntada da caderneta inclusa nos autos do processo de reclamação contra The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, afim de poder corroborar as suas alegações anteriormente formuladas. (Proc. 4024-934)

Ao fazer este pedido, o suplicante, com a devida venia, pondera a V. Ex. que, não obstante estar declarado a fls. 8 da dita caderneta- Interrupções no Serviço- que em 21 de novembro de 1923 despediu-se, não é verdadeira tal declaração, por isso que o suplicante absolutamente não pediu dispensa alguma do cargo que então exercia na poderosa empresa canadense.

O que aconteceu foi o seguinte: O suplicante, conforme já esclareceu a V. Ex., sofreu em setembro de 1920 um acidente no trabalho. Desse acidente resultou ficar com o joelho da perna direita quasi que inutilizada, pelo que foi obrigado, depois de inumeros tratamentos e a conselho medico, a retirar-se desta Capital para a sua terra- Portugal- onde esteve em tratamento cerca de 3 anos.

Na ocasião em que se retirou do Paiz, o suplicante procurou o seu chefe hierarquico, na Companhia, fazendo-o ciente do seu afastamento temporario do serviço.

Consequindo, com a graça de Deus, seu completo restabelecimento, retornou o suplicante ao serviço da Light and Power. Antes, porém, de reiniciar a sua atividade, requereu o suplicante fosse submetido a exame medico, o que obteve, começando em 8 de dezembro de 1926 a exercer novamente as suas funções.

Cumpra ao declarante aqui frizar que, na ocasião em que se afastou para Portugal, absolutamente não assinou documento

algum, solicitando a sua demissão.

Afastou-se do serviço temporariamente-

Nessas condições, espera que, com os esclarecimentos ora prestados, possa derrubar quaesquer informes inveridicos que a reclamada pretenda fornecer, como é seu habito-

Termos em que espera deferimento

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1934

Manoel Rodrigues dos Santos

Rec. no 24. MAIO 1934

Pro Sr. Agnelo R. de Azevedo para informar

em 29 de Maio de 1934

Theodoro de Almeida Sodré

Director da 1.ª Seção

Quando a volta do pro. já requisitado.

Jus, H. G. G.

f. Bufamini S. H.
aux. D. J.

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

Caixa do Correio, 571

Rio de Janeiro, 7 de Junho de 1934

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

GC. 6.

Nº 1 - 6013
Em 8 de Junho de 1934

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho

Nos autos do processo de reclamação de
MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS

Acusando o recebimento de vosso officio nº 1-690, de 17 de Maio proximo findo, no qual nos solicitais informações sobre a reclamação formulada perante o Venerando Conselho Nacional do Trabalho por Manoel Rodrigues dos Santos, cumprenos prestar-vos os seguintes esclarecimentos:-

1)- O reclamante, - conforme a jurisprudencia pacifica e uniforme desse douto Instituto, -conta 7 anos, 2 meses e 13 dias de casa, não lhe assistindo, portanto, as garantias da indemissibilidade, assegurada no art. 53 do decreto nº 21.081 aos empregados das empresas concessionarias de serviços publicos, que têm mais de 10 anos de efetivo serviço;

2)- Tratando-se de empregado demissivel "ad nutum", sua situação perante a "Société" regula-se pelo dispositivo do art. 1.221, do Código Civil. Por isso, a 29 de Março ultimo, foi-lhe dirigido pelo Gerente um memorandum nos seguintes termos:-

- " Em obediencia ao que dispõe o art. 1.221 do Código Civil, comunicamos a V.S. que resolvemos dispensar os seus serviços de trabalhador-horista, o que se verificará a contar do dia 31 do corrente mês, a partir das 16 horas"-.

Ab. Lm. Bergamini de Almeida para subscricao
Em 19 de Junho de 1934
Federal de Serviço do Trabalho
Director da 1ª Secção

Rec. na 12-9. JUN. 1934

3)- Recusando-se o reclamante a aceitar o aviso-prévio de sua dispensa, no original do memorandum acima referido foi lançado o seguinte termo:-

- " Declaramos, a bem da verdade, que somos testemunhas presenciais de que, no dia 29 de Março corrente, ás 12 horas e 30 minutos, o Sr. Paulo D. Monteiro, no escritorio da Distribuição do Gaz desta Companhia, no 4º andar do predio interno, á rua Marechal Floriano nº 168, entregou em mãos de Manoel Rodrigues dos Santos este memorandum, em original, havendo o referido empregado, depois de tomar conhecimento do seu conteúdo, se recusado a conserva-lo em seu poder, do que, para constar, se lavrou este termo, que vai devidamente assinado. Rio de Janeiro, 29 de Março de 1934. (a) Hermogenio Gonçalves dos Santos, Antonio Augusto Franco Sobrinho, Carlos Monteiro"-

4)- Tratando-se, como se tratava, de empregado-horista, nos termos do § unico nº III do art. 1.221 do Codigo Civil, folhe, de vespera, dado aviso-prévio de sua dispensa.

É o que preceitúa o Codigo Civil:-

- " Art. 1.221- Não havendo prazo estipulado nem se o podendo inferir da natureza do contrato ou do costume do lugar, qualquer das partes, a seu arbitrio, mediante prévio-aviso, póde rescindir o contrato.

§ unico - Dar-se-á aviso.

nº III - De vespera, quando se tenha contratado por menos de 7 dias. " -

Como se vê, foi devidamente cumprido o preceito legal.

5º- O reclamante na sua queixa ao Venerando Conselho afirma que conta "14 anos e pouco de serviço efetivo".

Improcede a alegação.

A verdade é que o reclamante inicialmente entrou ao serviço da Societé a 14 de Junho de 1914.

De 1º de Outubro de 1917 a 1º de Junho de 1919 (20 meses) esteve em gozo de licença, ausente do nosso paiz, em viagem a Portugal.

Novamente de 1º de Abril de 1922 a 1º de Outubro do mesmo ano se licenciou para regressar á sua patria de origem, onde permaneceu durante 6 meses.

A 21 de Novembro de 1923, de sua livre e espontanea vontade se despediu do emprego. Ele proprio confessa-o em sua ficha de empregado, como mais adiante se provará.

Ao deixar o serviço da "Societé", não computados os dois periodos de licença, contava 7 anos, 3 meses e 7 dias de casa.

A 8 de Dezembro de 1926, batendo de novo ás portas da "Societé", solicita-lhe readmissão. É atendido. Pois não tendo sido anteriormente demitido, sua readmissão era perfeitamente cabivel. Voltou, assim, ao trabalho.

6)- Da ficha do reclamante, inclusa por copia fotostatica, - ficha essa devidamente assinada de seu proprio punho e datada de 21 de Fevereiro de 1927, - constam os seguintes lançamentos:-

a)- Respondendo ao 9º quesito, no qual se inquire:- "Já trabalhou nesta Companhia ?", responde o reclamante:- "SIM"

b)- Respondendo ao 11º quesito, no qual se inquire:- "Qual a causa da saída", responde o reclamante:- "Despediu-se".

Como se vê, é o proprio reclamante quem confessa haver-se despedido da "Societé".

Readmitido a 21 de Fevereiro de 1927, dessa data em diante, de acordo com a jurisprudencia mansa e uniforme do Conselho Nacional do Trabalho, é que deve ser contado seu tempo de serviço para o efeito da indemissibilidade assegurada no art. 53

do Decreto nº 21.081;

7)- Si o reclamante houvera sido demitido do emprego por áto da "Société", "ex-auctoritate" propria da Empresa, por certo de sua ficha constaria a seguinte declaração:-
"Foi despedido", E não "despediu-se", como ali está inscrito. O que demonstra á sociedade que o reclamante de sua livre e espontanea vontade deixou o serviço da "Société";

8)- É jurisprudencia ainda não reformada pelo Venerando Conselho que:-

" - a)- Si o patrão dispensa o empregado por conveniencia e depois o readmite, volta ele á sua situação anterior, quer dizer, é repostado na mesma situação em que estaria sinão tivesse sido dispensado;

b)- Si, por outro lado, o empregado, por sua conveniencia, deixa o lugar que ocupava, renuncia a todas as vantagens de seu cargo, e, conseqüentemente, si fôr readmitido ao serviço da empresa, porque esta o quer aceitar, volta como um empregado novo, que nunca tivesse trabalhado na mesma.

(Acórdão de 14 de Março de 1932, publicado no "Diario Oficial" de 22 de Abril do mesmo ano).

9)- É o caso tipico do reclamante. Enquadra-se ele precisamente no item 2º desse acórdão. Trata-se nada mais nada menos de um empregado que, a 21 de Novembro de 1923, deixou o serviço da "Société", como, de fôrma insofismavel, o confessa em sua ficha, que ora oferecemos em anexo á apreciação serena e imparcial desse Egregio Conselho, em copia fotostatica.

Á vista do exposto, esperamos que o Colendo Tribunal do Trabalho, tomando conhecimento das presentes informações e depois de bem examinar o documento incluso, se dignará de mandar arquivar a reclamação em apreço, por destituida de fundamento legal.

15

Aproveitamos a oportunidade para apresentar-vos ,
Sr. Presidente, os protestos de nossa mais alta estima e dis-
tinta consideração.

Em anexo - 1 documento.
lt.

C.A. SYLVESTER
REPRESENTANTE

JSB/AA

Anexo;

Isento de sêlo, ex-vi do que
dispõe o art. 67 do dec. 20.465

FOLHA DE EMPREGADO

Data 18/2/27 192...

Form 1057 A S. O. 2076

16

INFORMAÇÕES	OBSERVAÇÕES
Nome por extenso <u>MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS</u>	DEIXA DE APRESENTAR CARTA DE CONDUCTA POR TER VINDOO DE PORTUGAL.
Nacionalidade <u>PORTUGUEZ</u> Estado Civil <u>CASADO</u>	
Lugar onde nasceu <u>PORTUGAL</u> Data <u>28/4/1887</u>	
Quantos Filhos tem? <u>3</u> Tem Mãe? <u>NÃO</u> Pae? <u>NÃO</u>	
E' arrimo de Familia? <u>SIM</u> - Profissão <u>LAVRADOR</u>	
Que linguas conhece? <u>PORTUGUEZ</u>	
Qual foi o seu ultimo emprego? <u>LAVRADOR</u>	
Que ordenado teve no ultimo emprego? <u>---</u>	
<u>Já trabalhou nesta Companhia?</u> <u>SIM</u>	
Em que Secção? <u>ILLUM. PUBLICA A GAZ</u>	
<u>Qual a causa da sahida?</u> <u>DESPEDIU-SE</u>	
Nome do parente mais proximo <u>ANTONIO GOMES DOS SANTOS (ESPOSA)</u>	JOSE BENTO (PAE) fallecido ANNA MARIA RODRIGUES (mãe) fallecida
Residencia do mesmo <u>TARCA (PORTUGAL)</u>	
Assignatura <u>Manoel Rodrigues dos Santos</u>	
Endereço <u>RUA THERESA CAVALCANTE 77 (PIEDAD?)</u>	

REFERENCIAS

Dar nomes de trez pessoas sob cujas ordens tenha trabalhado, que possam abonar sua conducta).

Nome	
Endereço	
Nome	
Endereço	
Nome	
Endereço	

RE Admittido em 21 de fevereiro 1927. Como accendedor de gaz
 Secção: ILLUMINAÇÃO PUBLICA Dept. GAZ-DISTRIBUIÇÃO
 Ordenado 58800 p/DIA Exame Medico SIM Em 21 de fever. 1927
 Attestado de vaccina SIM.

Assignatura

Isento de sêlo ex-vi do que dispõe o art. 67 do Dec. 20.465.

— Informação —

Mauro Rodrigues dos Santos, em aditamento a sua petição reformatoria, vem apresentar a sua candidatura de empregado, com a qual pretende provar o seu tempo de serviço alegado.

Depois de historiar a sua situação, como empregado da Sociedade, faz a fusão ao que está desafiado na candidatura sobre a sua retirada espontânea do serviço.

Oferece o reclamante que, não obstante estar desafiado que deixou o serviço por sua vontade, absolutamente não pediu demissão do cargo, em 1923, para ausentar-se do País.

Contrariando essa afirmativa prova a empresa com o documento que apresenta a fusão, que Mauro Rodrigues, tratava-se na mesma em dois períodos.

No primeiro período deixou o serviço, conforme assinou. E, no segundo, foi readmitido em 1927.

Argumenta ainda a empresa em que está que, sendo o reclamante, demissível "ad nutum", a sua situação perante a mesma deve ser regulada pelo dispositivo do art. 1221, do Código Civil!

E, por essa razão, em maio
último, dirigiu ao Superintendente o
memorandum que transcrevo, mas
que foi recusado.

Desenvolve ainda tarefas
comentário sobre o tempo de ser-
vício do quinquênio, julgando por im-
procedente a sua suspensão.

Em atypzo, por acumulo
de serviço.

Rio, 25-6-34.

J. Rufaninid. M.
ano 2.º of.

A' consideração do Sr. Director

Em 29 de julho de 1934

Theodoro de Almeida Sodré

Director da 1.ª Secção

VISTO-Ao Snr. Dr. Procurador Geral,
de ordem do Exmo. Snr. Presidente.

Em 3 de julho de 1934

Guaraciopa

Director da Secretaria

Rec. no Prot.º Geral em 5-7-934.

Requerer que se solicite da
emprego a remessa de fi. de
opini. de remessa, demandar um
de absoluto necessário a ser
rearranjado no caso em apreço.

Requerer também um se opini.
os remessa para um informe

ph. 18

unde active tratatului din 1923 etc. Forum in 1927, pentru
fii acordului redactat in
in consider. Refordar pentru acordul de
serviciu.

Ris. 13/8/934

J. Simeu-Romero
P. Simeu

Rec. gab. 16/8/14

Seu. Smeu para fazer o expediente a
Empresa e ao recurrente, conforme requer o Sr. Procurador
Smeu.

Ris. 17 de Agosto de 1934

Quaresma

Director da 1.ª Secção

Rec. na 1.ª Secção 23. AGOS 1934

Do Sr. Bergamini de Alcu para fazer o expediente

em 29 de Agosto de 1934

Theodoro de Almeida Sodre

Director da 1.ª Secção

Apresentei projecto de expediente.

Ris. 31. 8. 934.

Luís Bergamini S. R.
aud. S. C.

Luís Sodre
Smeu

1-1.223

Snr. Superintendente da The Rio de Janeiro Tramway, Light
and Power Company Ltd.

Rio de Janeiro

Tendo em vista a promoção da Procuradoria
Geral deste Conselho nos autos do processo em que Manoel Rodrigues
dos Santos formula queixa contra essa Empresa, solicito vossas
providencias, de ordem do Snr. Presidente, no sentido de ser en-
viada a esta Secretaria a fé de officio do supplicante, documento
necessario para julgamento da queixa apresentada pelo mesmo.

Attenciosas saudações

Director da Secretaria

M. do

1-1224

Snr. Mancel Rodrigues dos Santos

Rua Guilhermina, 209

Encantado - Rio

De ordem do Snr. Presidente e nos termos do requerido pela Procuradoria Geral deste Conselho nos autos do processo em que reclamais contra The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, levo ao vosso conhecimento deveis informar a esta Secretaria onde estivestes trabalhando desde novembro de 1923 até fevereiro de 1927, data em que fostes novamente readmittido nos serviços daquela Empresa.

[Handwritten signature]
Attenciosas saudações

[Handwritten signature]

Director da Secretaria

Siente
Manoel Rodrigues dos Santos

Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

Caixa do Correio, 571

Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1934

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

GC-7.

794
M. 21
1-10.273
22 de Setembro de 1934

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho

Nos autos do processo de reclama o
de Manoel Rodrigues dos Santos

Attendendo ao pedido constante do vosso offi-
cio sob n  1-1223, de 6 do corrente mez, no qual nos soli-
citaes a remessa da fé de officio de Manoel Rodrigues dos
Santos, cumpre-nos prestar-vos os seguintes esclarecimentos:-

1)- O reclamante entrou ao serviço desta Com-
panhia a 14 de Junho de 1914 como accendedor, com o salario
de 3\$400 por dia;

2)- A 1  de Outubro de 1917 requereu uma licença,
sem vencimentos, para ausentar-se do paiz, em viagem a Por-
tugal, licença que se prolongou até 1  de Junho de 1919, ou
sejam 20 mezes. Voltando ao serviço, nelle se conservou até
1  de Abril de 1922, quando solicitou nova licença, sem ven-
cimentos, para regressar à sua patria de origem, onde perma-
neceu durante seis mezes;

3)- Retomando o serviço a 1  de Outubro de 1922,
trabalhou até 21 de Novembro de 1923, quando, de sua livre e
espontanea vontade, se despediu do emprego, como faz prova a
copia photostatica de sua folha de empregado, appensada ao
nosso Officio GC-6, de 7 de Julho do corrente anno. Decor-
ridos 3 annos, a 8 de Dezembro de 1926, solicitou a sua
readmissão, sendo attendido a 21 de Fevereiro de 1927, quando
voltou ao trabalho, ainda como accendedor, com o salario de
Rs. 5\$800 por dia;

Rev. na 1  Sec o 24. SET. 1934

22/9

10.222

Sociedade Anonima da Luz de Rio de Janeiro

4)- A 29 de Março de 1934 foi o reclamante notificado por carta de sua dispensa, nos termos do art. 1.221 do Codigoo Civil;

5)- O tempo de serviço effectivo do reclamante, de accordo com a jurisprudencia uniforme do Venerando Conselho Nacional do Trabalho, é de 7 annos. 3 mezes e 28 dias de casa, contados da data em que, de sua livre e espontanea vontade, se despediu do serviço da Companhia, a 21 de Novembro de 1923, como faz fé a prova photostatica de sua folha de empregado, constante dos autos deste processo.

Á vista do exposto, é de esperar que o Colendo Tribunal do Trabalho, cotejadas as presentes informações com as constantes do nosso officio GC-6, de 7 de Junho ultimo, se dignará de julgar improcedente a reclamação de Manoel Rodrigues dos Santos, por destituida de fundamento legal.

C.A. Sylvester
C.A. Sylvester
Representante.

JSB/AA

Isento de sello ex-vi
do que dispõe o art. 67
do Dec. 20.465.

P. 4090/34

No Im. Dias da Luz para informar
Em 26 de Setembro de 1934
Rosauro de Almeida Sobrinho
Director da 1.ª Secção

Exm. Sr. Presidente do Conselho Nacional
de Trabalho.

M. S.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

N.º 1.º 10372 X

Em 25 de Setembro de 1934.

11/24/34

Manoel dos Santos, que tambem se
assigna Manoel Rodrigues dos Santos,
documentos 3 e 4, sem mais reputa-
te informar a V. Ex.ª, no termos do officio
dessa Secretaria, que de Novembro de
1923 ate Fevereiro de 1927, não esteve tra-
balhando fora de Right and Power, e
sim, conforme já esclarecer em petições
anteriores, agora comprovado com os do-
cumentos 1 e 2, esteve em Portugal por
ra tratamento de saúde, em virtude
de um accidente que soffreu ao serviço
da república brasileira, em 1920, vindo ap-
par os seus padecimentos; a conselho me-
dico, foi obrigado a ser curado, sem en-
tanto, ter sido perdido algum salvo
ou recibo de sua demissão.

Ante de haver attendido o requerimento de
V. Ex.ª, solicta, a junta dos dois presentes,
aos autos do processo n.º H.024/934 em
que se parte interessada.

Termos em que se fez a V. Ex.ª deferimento.

As 5m. dias do mes para informar
Em 29 de Setembro de 1934
Aos doze de Setembro de 1934
Director da 1.ª Secção

Rec na 1.ª Secção 26. SET. 1934

37/227
259

10.24

Excmo Sr Director Geral do Expediente e Contabilidade.

Certifique-se, de accordo com a informaçao.20.9.34.

[Handwritten Signature]
Director Geral

Manoel dos Santos, portuguez, casado, com 47 annos de idade, vem aqui respectivamente requerer o passaporto para se dir para mao da para entada, e foi visado e seu passaporto de emboar para para Portugal, occorrido em 21 de Novembro de 1923.

O requerente, tem conhecimento d'este documento por instruir seu processo no Conselho Nacional do Trabalho, documento est, que foi expedido pelo Sr. Director do Procedimento Geral do Conselho Nacional do Trabalho.

Rio de Janeiro 18 setembro de 1934
Manoel dos Santos



CERTIFI-

CERTIFICO, em cumprimento do despacho retro e de conformidade com os dados existentes nesta Secção, que o requerente MANOEL DOS SANTOS, de nacionalidade portugueza, em vinte e um de novembro de mil novecentos e vinte e tres, quando tinha por residencia á Ladeira Meirelles numero vinte, visou nesta Directoria o seu passaporte de numero vinte mil cento e noventa e tres, com destino a Portugal, sendo que o referido passaporte foi registrado sob numero de ordem, vinte e um mil cento e dezesete. E eu, *Agostino Joaquim da Silva* Terceiro Escripturario dactylographei a presente certidão. E eu, *Albino Sousa* Segundo Escripturario, a subscrevo e assigno. Quarta Secção da Directoria Geral do Expediente e Contabilidade da Policia Civil do Distrito Federal, em *24 de Setembro de 1934*



R. 4\$000

1\$000

SET 24 1934 200

Quarta Secção 5\$200



1a. Secção - Registrado a fls. *119-V*

ob o n.º 958 do L.º 3

Em *24* de *Setembro* de 193 *4*

Albino Sousa
3º escripta

8618

GOVÉRNO CIVIL
DO
DISTRITO
DE
COIMBRA
2.ª Repartição

REPÚBLICA



PORTUGUÊSA

DESEADO VÁLIDO POR UM ANO
RIO DE JANEIRO
4 DEZ. 1926
IMIGRANTES NA
DAS FLORES

N.º 3394
Livro 85
Fôlhas 302

SINAIS

Idade 39 anos.
Altura, 1^m, 72
Rosto *ovóide*
Cabelo
Sobr'olhos *castanhos*
Olhos
Nariz — Regular
Bôca — Regular
Côr — Natural

Concedo passaporte a *Manoel dos Santos*
casado, aguintado

natural de _____, freguesia de *Famões*
concelho de *Sinfães*
residente em *Povoação de S. João* concelho de *Tábua*
filho de *José Bento*
e de *Ana Maria*
que se destina a *Rio de Janeiro*
Embarca no porto de *Cherburgo* Sai pela
fronteira de _____ Declaração a
que se refere o n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento de 19 de Junho
de 1919

PARTICULARES

Declaração se o impetrante é emigrante, contratado ou subsidiado
Declaração se o
impetrante emigra espontaneamente sem vinculo de trabalho *em*

Deve sair no prazo de *dois dias* Abonado por
documentos. Nome e residência do agente de emigração, ou de passa-
gens e passaportes que interveio na obtenção do passaporte: *Albino*
no da Abimunda, de *Coimbra*
Rogo às autoridades administrativas e a todas aquelas a quem pertenc-
er o seu conhecimento, não ponham embaraço algum ao portador.

Dado em Coimbra, aos *1* de *novembro* de 192*6*.

Estampilhas .. *328.00*
Emolumentos. *183.00*
483.00

O Chefe da 2.ª Repartição,
[Signature]

O Governador Civil,
[Signature]

*Ordo cancelado
e' pago por meia
[Signature]*

Assinatura do portador,

Manoel dos Santos



14871
VISTO. - Bom e para seguir viagem
para o Rio de Janeiro
Consulado Geral do Brasil,
Lisboa, 17 de Novembro de 1926
Selo Consul Geral

Recebi Esc. 463 20

Hallan
Henrique de Hallan
Consul Adjunto

REPÚBLICA PORTUGUESA
SERVIÇOS DE EMIGRAÇÃO
O Portador encontra-se no País
Selo de *Brasil*
Lisboa, 1º NOV. 1926
Emolumentos 5000
Cópia da Declaração
Data da emissão
do embarque.
O INSPECTOR
[Signature]

INSPECTOR
RIO DE JANEIRO - BRASIL
DEZ 3, 1926 VISTO
QUE INSPECTOR
[Signature]

Inscrito gratuitamente segundo
do N.º 18104
Consulado Geral do Portugal
de Janeiro, 13 de Janeiro de 1927
Valido até 3 Nov 1927

Caderneta de nomeação n.º

6569

Expedida para **Caixa Ap. Pensões das Cia.
Light e J. Botânico e S. A. Gaz.**

A favor de:

*Manoel Rodrigues
dos Santos*

EM

25 Fevereiro 1933

Fotographia tirada

Impressão digital

em:

Novembro 1932

pollegar:

direito



Assignatura do empregado:

Manoel Rodrigues dos Santos

VISTO

W. Lopes

Assignatura do Presidente, Director ou Superintendente



CONSULADO
GERAL DE
PORTUGAL



RETRATO



Altura: *1,70*
Rosto: *ovalado*
Cabelo: *cast*
Barba: *curta*
Olhos: *cast*
Nariz: *regular*
Bóca: *aberta*

SINAIS PARTICULARES:

B

Inscrição N.º
Data: *13* de *Junho* de 192*7*

Este certificado é válido por um ano.

Assinatura do inscrito:

Manuel dos Santos

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

O Consul Geral de Portugal no Brasil

Faz saber que *Manuel*

dos Santos

no estado de *ceara*, de profissão *juiz*

filho de *José Bento*

e de *Luiza Maria*

natural de *Terreiros* concelho de *Luiz*

nascido em *16* de *Set* de *1882*

é cidadão português, devidamente inscrito neste

Consulado Geral e reside actualmente *Mua*

Luiz Cardozo 44

Dado na Chancelaria do Consulado Geral

no Brasil.

13 de *Junho*, *1927*



O CONSUL GERAL:

Ruiel Pinto Pereira

SERVIÇO DA
REPÚBLICA
PORTUGUESA



CONSULADO
GERAL DE
PORTUGAL

M. 27

N. 880



RETRATO

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

O Cônsul Geral da República Portuguesa no Rio de Janeiro

Faz saber que Manuel Rodrigues dos Santos

no estado de Paraná,

de profissão Advogado

filho de M. B. B. e de M. J. J.

nascido no dia 16 de Maio de 1884,

no lugar de ..., freguezia de ...

concelho de ...,

distrito de ...,

da República Portuguesa, e cidadão português e

está devidamente inscrito neste Consulado Geral.

Foi a sua última residência em Portugal em

...

e chegou em ... de ... de 1912 a

este distrito consular, onde reside na ...

Guilhermina, n.º 209

Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro,

aos 15 dias do mês de Agosto

do ano de mil novecentos e trinta e quatro

O Cônsul Geral

SINAIS

Altura: ...

Rosto: ...

Cabelo: ...

Barba: ...

Olhos: ...

Nariz: ...

Bóca: ...

Cor: ...

SINAIS PARTICULARES

Este certificado é válido até a data de 15 de Agosto de 1935 e será considerado nulo se não for renovado antes de completar dois meses a contar dessa mesma data.

Assinatura do inscrito:

Manuel Rodrigues dos Santos



PROVOU A SUA IDENTIDADE

Volte para renovar a inscrição em 15 de Agosto de 1935

... 24.2.1932

1/E
M. 28

I n f o r m a ç ã o

De accordo com o que requereu o Dr. Procurador Geral deste Conselho, expediu-se os officios cujas as copias se encontram ás fls. 19 e 20, respectivamente, a Superintendencia da "The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited" e ao reclamante nos presentes autos, Manoel Rodrigues dos Santos. A primeira solicitou-se a remessa da fé de officio do reclamante; ao segundo scientificou-se sobre a necessidade de informar onde esteve trabalhando desde Novembro de 1923, até Fevereiro de 1927, data em que foi novamente readmittido nos serviços da Empresa reclamada.

O Representante da Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro attendendo aos termos do officio desta Secretaria, no documento de fls. 21 e 22, informa que o reclamante foi admittido naquella Companhia em 14 de Junho de 1914 como accendendor, com o salario de 3400 por dia; a 1º de outubro de 1917 requereu uma licença, sem vencimentos, para ausentar-se do paiz, em viagem a Portugal, licença que se prolongou até 1º de Junho de 1919 ou sejam 20 mezes. Voltando ao serviço nelle se conservou até 1º de Abril de 1922, quando solicitou nova licença, sem vencimentos, para regressar a Portugal, onde permaneceu durante seis mezes; retomando o serviço em 1º de Outubro de 1922 trabalhou até 21 de Novembro de 1923, quando, de sua livre e espontanea vontade, se despediu do emprego, como faz prova a copia photostatica de sua folha de empregado (fls. 16). Decorridos treis annos, a 8 de Dezembro de 1926, solicitou readmissão, sendo attendido em 21 de Fevereiro de 1927, quando voltou ao trabalho, ainda como accendendor, com o salario de 5.800 por dia; a 29 de Março do corrente anno foi notificado por carta de sua dispensa, nos termos do art. 1.221 do Codice Civil.

Finalmente, a alludida Empresa informa que o tempo de serviço do reclamante é de 7 annos, 3 mezes e 28 dias,

contados da data em que, por sua livre e espontanea vontade, se despediu do serviço daquella Empresa.

Manoel Rodrigues dos Santos no requerimento de fls. 23, informa que de Novembro de 1923 até Fevereiro de 1927, não esteve trabalhando fora da Light and Power, e sim, conforme já esclareceu na petição de fls. 9, comprovado agora em os documentos de fls. 24/5, esteve em Portugal para tratamento de saúde, em virtude de um accidente que soffreu no serviço da referida Empresa, em 1920, vindo agravar-se os seus padecimentos e, a conselho medico, foi obrigado a se ausentar desta Capital, sem entretanto, ter feito pedido verbal ou escripto de sua demissão.

O documento de fls. 24, uma certidão expedida pela 4a Secção da Directoria Geral do Expediente e Contabilidade da Policia do Districto Federal, prova haver o reclamante visado naquella Directoria, em 21 de Novembro de 1923, o seu passaporte nº 20.193, com destino a Portugal, sendo que o alludido passaporte foi registrado sob o nº 21.117.

O documento de fls. 25, um passaporte passado pelas autoridades Portuguezas, devidamente visado pelo Consul Adjuncto do Brasil, em Lisboa, prova haver o recorrente seguido viagem para esta Capital em 17 de Novembro de 1926.

O referido passaporte foi inscripto no Consulado Geral de Portugal, nesta Capital, em 13 de Janeiro de 1927, conforme carimbo constante no verso do referido documento.

O reclamante em sua petição allega que se ausentou em 1923, desta Capital para tratamento de saúde, visto ter soffrido um accidente, em 1920, no serviço da Empresa reclamada, esta nenhuma referencia faz ao citado accidente, nem tão pouco refere-se a data em que o reclamante voltou para o serviço depois da licença que se prolongou até 1º de Junho de 1919, limitando-se, apenas, em declarar: " Voltando ao serville se conservando até 1º de Abril de 1922, quando so -

pl. 29

licitou nova licença ..."

A vista do exposto, proponho que, ouvida a Doutra Procuradoria Geral, seja notificada a Societé Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro prestar esclarecimentos a respeito do accidente soffrido pelo reclamante, no serviço, em 1920, bem como seja o reclamante convidado a offerecer provas documentadas sobre a sua retirada do serviço da reclamada, para tratamento de saúde, em virtude do accidente no trabalho, afim de que o Egregio Conselho Nacional do Trabalho, com pleno conhecimento de causa, possa se manifestar a respeito da reclamação que originou o presente processo.

Ao Sr. Director desta Secção para os devidos fins.

Em 1º de Outubro de 1934

Francisco Dias da Silva

2º Official

N.º consideração do Sup. Director Geral de accordo com a infirmação supra em 5 de Outubro de 1934

Theodoro de Almeida Sodré

Director da 1.ª Secção

Rec. sub. 8/10/34

VISTO-Ao Sr. Director Geral,
de ordem do Sr. Presidente:

Em 10 de Outubro de 1934

Quaresima

Rec. na Proc. em 18/10/34.

VISTO

Ao Dr. 2º Procurador Adjunto

Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1934

Baptista

Procurador Geral em exercício

Requiere de
officio a empresa
Nafin de que
fueron inform-
cos relativamente
a los accidentes
que el reclamante
dijo haber sufrido
durante 1920 a 1921
o que al menos
de referir.

Rev. 12-M-34.
Natividad Silvina
2º Adj. de Periferia

Buen tiempo: Reto de
de por grande
acumulo de
servicio. E. Silvina
Rec. sur. 14/11/34

A. M. Silva para hacer el expediente.

Rev. 17 de Enero 1934

Quinto para

Director fiscal
Rec. na 1ª Sección

21.11.34

No Sur. Lira de Lira para cumplir

Em 26 de Novembro de 1934

Theodor de Almeida Fidalgo

Director da 1ª Seção

Processo nº 4.024/34

F.D.C.N.

29

Novembro

4

1-1,646

SNR. SUPERINTENDENTE DA "THE RIO DE JANEIRO TRAMWAY
LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED"

CAIXA POSTAL No 571

R I O D E J A N E I R O

Handwritten notes:
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000

De accordo com o que requereu a Procuradoria
Geral deste Conselho, nos autos de processo em que Manoel
Rodrigues dos Santos pede ser aproveitado no lugar de apa-
relhador dessa Empresa, solicito-vos providencias no sen-
tido de serem prestadas informações a esta Secretaria, re-
lativamente ao accidente que o reclamante allega ter sof-
rido, em 1920, sobre o qual essa Companhia nada esclare-
ceu.

Saudações cordeaes

2

OSWALDO SOARES

DIRECTOR GERAL DA SECRETARIA

830

Processo No. 4.024/34

V.D.C.H.

Novembro

29

1-1-648

SNR. SUPERINTENDENTE DA "THE RIO DE JANEIRO TRAMWAY
LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED"

CAIXA POSTAL No 871

RIO DE JANEIRO

Intada.
Nesta data julgo
o 31 e doc. 12533/34.
Dic, 1 de Dezembro de 1934
Ch. de Aguiar
R. de Aguiar

Respostas cordadas

DIRETOR GERAL DA SECRETARIA
OSVALDO BORGES

14-31

Exm^o. Snr. Dr. Procurador Geral do Ministerio do Trabalho

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO
L^o 1 - 12.533
Em 14 de Novembro de 1934

Manoel Rodrigues dos Santos, no processo protocolado no Conselho Nacional do Trabalho, sob n^o 4.024, de 1934, e com vistas a V. Exa. em data de 10 de Outubro ultimo, vem, com o devido respeito, requerer a V. Exa. que se digne mandar juntar aos respectivos autos o ineluso atestado passado pelo Hospital Evangelico, e do qual se verifica que o supplicante soffreu em 1920 como operario da Light, um accidente no Trabalho.

De maneira que, o supplicante allega que tem mais dez annos de effectivo exercicio na referida Companhia, conforme se verifica de sua caderneta junta ao processo e do ineluso atestado.

Espera, pois que V. Exa. attentas as razoes expostas opinara pelo seu aproveitamento na Companhia em cargo identico que o supplicante alli exercera..

Rio de Janeiro 14 de Novembro de 1934
Manoel Rodrigues dos Santos



Pede deferimento.

Bo Sr. Naysio Rezende para informar nos autos
Em 24 de Novembro de 1934
Theodoro de Almeida Soares
Director da 1^a Seccao

Em tempo: Bo Sr. Soares para informar
Rio: 29-11-34 Theodoro de Almeida Soares
Director da 1^a Seccao

Rio: na 1^a Seccao

16 NOV. 1934

141

M. S. J.

Senhor Sr. Director do Hospital Evangelico,
Rua Benjamin Constant.

Dados aniquados venho aqui respectivamente requer a V. Exa. que se deigne attestar se mandou passar por entidade para fins de diuiss, se o referendo sobre o internado do Hospital em 28 de Setembro de 1920, e o que se internasse fôr por motivo de acidente de trabalho, vindo por aqui as bases em seu filho, com contratos, e chiqueros. Dequente que e operario, digo operario, reside naquelle epoca a Rua Benjamin Constant 143, era solteiro com 35 annos de idade.

O referendo, por fins de diuiss, foi o V. Exa. a fim de se de attesta se certifica, se o accidente em que foi internado, e o motivo da internação.

Muito obrigado e para sempre seu
Mansel Rodrigues dos Santos

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1934
Mansel Rodrigues dos Santos



Attesto que percorrendo o Livro de Matrícula de docentes internados no Hospital Evangelico no anno de mil novecentos e vinte encontrei o de nome Mansel Rodrigues dos Santos residente a Rua Benjamin Constant n.º 143 - operario da Light, com 33 annos de idade - internado a quatro de, digo a vinte e oito de Setembro de mil novecentos

noventa e vinte por conta da Light and
Power, foi ter soffrido um accidente
em trabalho — (Contusões e echymoses
num dos olhos. Este doente teve alta
melhorada a quatro de Outubro de 1920

O referido é verdade que
afirmo sob a fé do meu grão.

Rio de Janeiro 8 de Set-1934

D^o Felinto Lombrá
(Director Technico)

Rio de Janeiro 14 de Setembro 1934
Manoel Rodrigues dos Santos



fls. 33

INFORMAÇÃO

Em virtude do requerido pela Procuradoria Geral deste Conselho (fls. 29 v), expediu-se o officio cuja a copia consta á fls. 30, afim de que a Superintendencia da The Rio de Janeiro Light and Power Company apresentasse a esta Secretaria informações relativamente ao accidente soffrido pelo reclamante em 1920.

Manoel Rodrigues dos Santos, com o requerimento de fls. 31, encaminha a esta Secretaria uma certidão expedida pelo Hospital Evangelico, a qual prova ter o reclamante soffrido um accidente, em 1920, quando em serviço da The Rio de Janeiro Light and Power Company.

Propondo que se aguarde resposta do officio cuja a copia se encontra á fls. 30, passo estes autos ao Snr. Director desta Secção.

Primeira Secção, 9 de Dezembro de 1934

Francisco Luiz da Silva

2º Official

Nº consideração do Sr. Director Geral, propondo se a reiterado o officio de fls 30

Em 13 de Dezembro de 1934

Theodoro de Almeida Lodi

Director da 1.ª Secção

Rec. gab. 15/12/34

VISTO- Ao Snr. Dr. Procurador Geral,
de oraem do Ex. Sr. Presidente.

Em 17 de Dezembro de 1934

Quatros

Director da Secretaria

Rec no Protº Geral em 20-12-34

1º VISTO
Ao Dr. Procurador Adjunto

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1934

Procurador Geral

P A R E C E R

Mãnoel Rodrigues dos Santos, alegando contar mais de 10 anos de serviço, pediu o seu aproveitamento no cargo de aparelhador na The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd., poristo que não se conformava com a função de abridor de vala, para a qual havia sido transferido, acrescentando que a empresa pretendia demiti-lo.

Ouvida esta, respondeu a Societé Anonymé du Gaz de Rio de Janeiro, informando que havia demitido o reclamante por não contar êle 10 anos de serviço ininterrupto.

Pretendia a reclamada que o reclamante, tendo pedido demissão, por áto espontaneo seu, em 21 de novembro de 1923, só podia contar, para efeito da garantia de estabilidade, o tempo decorrido da data de sua readmissão, ocorrida em 21 de fevereiro de 1927, isto na conformidade da jurisprudencia então adotada pelo Egregio Conselho.

De fâto o antigo Conselho havia adotado, em jurisprudencia pacifica e uniforme, a tese defendida pela reclamada.

Poristo, a instrução do processo orientou-se no sentido de apurar si o reclamante teria se demitido voluntariamente, em 1923.

Caberia, pois, a esta Procuradoria apreciar, agora, o valor das provas apresentadas pró e contra, pelo reclamante e pela reclamada, si um novo aspecto não tivesse sido imprimido á questão pelos despachos do Sr. Ministro do Trabalho, negando o seu beneplácito á referida jurisprudencia do antigo Conselho.

11.84

Assim é que, dando provimento aos recursos de João Rolino Xavier e Edison Guerra Dias, decidiu o Sr. Ministro, fundado em pareceres dos Srs. Consultor Geral da Republica, Consultor Juridico do Ministerio e desta Procuradoria, que o empregado que se afasta espontaneamente do serviço de uma empresa abrangida pelo dec. nº 20.465, sendo readmitido, conta todo o tempo de serviço anterior, para efeito da garantia de estabilidade.

O Egregio Conselho, em julgados recentes, já se conformou com as referidas decisões do Sr. Ministro e, pois, na conformidade delas é que deve ser apreciada a presente reclamação.

Provado está, pela caderneta de fls. 10 e pelas informações de fls. 11 e 21, que o reclamante contava cerca de 14 anos de serviço, na data de sua demissão.

Isto posto, verificado que á sua demissão não precedeu o competente inquerito administrativo, somos de parecer seja determinada a sua readmissão no serviço da Societé Anonyme du Gaz., com as vantagens legais.

Rio, 2 de abril de 1935.

LA/

Gen. Carlos de Faria Baptista

Procurador Geral, em exercicio

Rec. gen. 4/4/35

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Presidente.

Em 4 de Abril de 1935

Joaquim de Barros
Director da Secretaria

Handwritten initials or numbers in the top left corner.

De ordem do Sr. Presidente, transmittio a presente pro-

cessa ao relator para o Sr. Joaquim Fontenele

Handwritten signature of the Secretary of the Session.

Secretario da Sessão

Handwritten signature at the bottom of the page.

Proc. Gen. 44/12

Faint, mirrored text at the bottom of the page, likely bleed-through from the reverse side.



Ministerio do Trabalho,
Industria e Commercio

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

AG/SSBF

ACCORDÃO

Proc. 4.024/24

.....Secção

19 35

VISTOS E RELATADOS os autos do processo em que é reclamante Manoel Rodrigues dos Santos, e reclamada The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Ltd:

Relatorio

Manoel Rodrigues dos Santos, allegando contar mais de 10 annos de serviço, pediu o seu aproveitamento no cargo de aparelhador na The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, poristo que não se conformava com a função de abridor de vala, para a qual havia sido transferido, accrescentando que a empresa pretendia demittil-o.

Effectuadas as diligencias necessarias ao esclarecimento do caso, verifica-se ser o reclamante empregado da Societé Anonyme du Gas, que informa haver demittido o reclamante por não contar elle 10 annos de serviço ininterrupto.

Pretendia a Empresa que o reclamante, tendo pedido demissão por acto espontaneo seu, em 21 de Novembro de 1923, só podia contar, para effeito da garantia de estabilidade, o tempo decorrido da data de sua readmissão, occorrida em 21 de Fevereiro de 1927, na conformidade da jurisprudencia então adoptada por este Conselho; Entretanto;

Considerando que por força da interpretação dada pelo Snr. Ministro do Trabalho o supplicante conta mais de 10 annos de serviço;

Considerando que, ao tempo da dispensa, essa não era a interpretação, mas agora, conhecendo-se do caso, deve prevalecer a que no momento é aceita;

M. 30

Considerando, assim, que, só em caso de inquerito administrativo em que se apure falta grave pôde o reclamante ser dispensado do serviço;

Resolvem os membros da 1ª Camara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento á queixa de fls. 2, para o fim de mandar reintegrar o supplicante nos serviços da referida Empresa, com todas as vantagens legais.

Rio de Janeiro, 23 de Abril de 1935

Francisco B. de R. Presidente
A. Paranhos Fontenelle Relator

Fui presente: *Vatroui Silveira* Procurador Geral Interino

Publicado no "Diario Official" de 30 de Maio de 1935.

ao Diário em 28-5-35

BR
 P. Font.
 Nat.

M. 32

S' Auxilia Enacina Alvaruga para fazer o
expediente.

Em 5 de Junho de 1935

Theodoro de Almeida Lodi

Director da 1.ª Secção

Cumprido

Em 8/6/935

Enacina Alvaruga
Aux. de 1.ª Cl.

Proc. 4.024/34

8

Junho

5

1-761

NOTIFICAÇÃO

Sr. Superintendente da "The Rio de Janeiro Tramway,
Light and Power Company Ltd.

Rio de Janeiro

LUANDA

De ordem do Sr. Presidente, remetto-vos, para
vosso conhecimento e devidos efeitos legais, copia authenti-
cada do accordão proferido por este Conselho, nos autos em
que é reclamante Manoel Rodrigues dos Santos, e reclamada essa
Companhia.

Outrosim, fica essa Companhia notificada dos
termos do mesmo accordão, quanto ao decurso do prazo para os
recursos legais, na conformidade do que dispõe o Regulamento
baixado com o Dec. n° 24.784, de 14 de Julho de 1934.

Saudações

Director Geral da Secretaria

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

Caixa do Correio, 571

Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1935

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

GC-1.

Em 8 de Janeiro de 1935

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho

NOS AUTOS DO PROCESSO 4024/34 de RECLAMAÇÃO DE MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS

Em resposta ao vosso officio n° 1-1646, de 29 de Novembro proximo findo, no qual nos solicitaes informações relativas ao accidente, que o reclamante Manoel Rodrigues dos Santos alléga ter soffrido em 1920, cumpre-nos prestar-vos os seguintes esclarecimentos:-

1)- Do extracto incluso da folha de pagamento do reclamante, referente ao anno de 1920, nada consta que confirme semelhante allegação. Simples e ligeira analyse dos dias e horas por elle trabalhados, bem como dos salarios percebidos, demonstra á evidencia a inteira improcedencia do allegado;

2)- Das fichas dos accidentes verificados no anno de 1920 tão pouco consta qualquer occorrença dessa natureza.

Estão desta maneira ainda uma vez comprovadas as informações, que prestámos a esse Venerando Conselho no nosso officio GC-7, de 21 de Setembro do anno passado.

Contando o reclamante apenas 7 annos 3 mezes e 28 dias de tempo de serviço, como o demonstrámos no nosso officio GC-6, de 7 de Junho do anno passado, não lhe assiste, portanto, direito ás garantias funcçionaes asseguradas no art.

Secretaria 15/12/34

M. na Secção

470 JAN 1935

*Atto Sr. Sr. Juvenal de L. Silva para informar
Em 17 de Janeiro de 1935
Theodoro de F. Pereira Lorde
Director da 1.ª Secção*

M. 39

MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS

Ex-Chapa 72 - Folha I-9

EXTRACTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO ANNO 1920

MEZES	Quinz.	H.	Total	D.	Total	Import.	Total	Observações.
Janeiro	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias de 8 horas.
	2a.	120	240	15	30	66\$000	132\$000	Nao trabalhou dia 16
Fevereiro	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias de 8 horas.
	2a.	112	232	14	29	61\$600	127\$600	
Março	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias de 8 horas
	2a.	128	248	16	31	70\$400	136\$400	
Abril	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias de 8 horas
	2a.	120	240	15	30	66\$000	132\$000	
Maio	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias de 8 horas
	2a.	128	248	16	31	70\$400	136\$400	
Junho	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias de 8 horas
	2a.	120	240	15	30	66\$000	132\$000	
Julho	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias de 8 horas
	2a.	128	248	16	31	70\$400	136\$400	
Agosto	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias de 8 horas
	2a.	128	248	16	31	70\$400	136\$400	
Setembro	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias de 8 horas.
	2a.	120	240	15	30	69\$600	135\$600	
Outubro	1a.	92		15		53\$400		Dia 1 á 7-5 Horas Dia 8 e 9-6 Horas
	2a.	128	220	16	31	74\$200	127\$600	Dia 10-5 Horas, Dia 11 á 15 - 8 horas.
Novembro	1a.	120		15		69\$600		Todos os dias 8 horas
	2a.	120	240	15	30	69\$600	139\$200	
Dezembro	1a.	120		15		66\$000		Todos os dias 8 horas
	2a.	128	248	16	31	70\$400	136\$400	

V i s t o

C.A. Sylvester

Ma. 40

Sr. D. Director da Secção

O processo a que se refere o presente documento foi encaminhado à Secretaria em 15 de dezembro do ano passado.

Proporho que se faça, logo, seja o mesmo requirido para a necessidade jurisdicção.

Em 28-1-35
J. de Freitas
1.º ef.

De acordo, requirite-se o processo

Em 28 de Janeiro de 1935
Teodoro de Almeida Loure
Diretor da 1.ª Secção

Requirite o processo n.º 4024/34.

Em 29-1-35
J. de Freitas

Sr. D. Director da Secção.

Vão ter os devidos recibos o processo que requiritei em 29-1-35, fasso as mesmas mãos o presente documento para os devidos fins.

Em 9-2-35
J. de Freitas
1.º ef.

No Protocollo Geral para informar sobre andamento
do processo 4024/34 Em 9 de Março de 1935

Theodoro de Almeida Fidalgo

Director da 1.ª Secção

Recebido no Protocollo Geral em 11-3-35.

A' D. Josephina para cumprir -
V. S. Epaminondas - 1.º Official
encarregado de serviço de Protocollo Geral

Em cumprimento ao despacho supra tenho
a informar que o Proc. 4024/34 subiu a
Proc. Geral em 17-12-34

Rio de Janeiro 12 de Março de 35
Ausc. 1.ª classe Josephina da Lameira Fernandes
Rec. 12 MARC 1935

No Sr. Benjamim de Alencar para requisitar o processo
4024/34 à Procuradoria Em 3 de Abril de 1935

Guac

Theodoro de Almeida Fidalgo

Director da 1.ª Secção

Rec. em 8/4.

MA.

Requisitado.

Rio, 13. 4. 1935
Benjamim de Alencar
aux. 1.º of.

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

Caixa do Correio, 571

Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1935

PROTÓCOLO GERAL	
DATA 26/7/1935	
SECRETARIA DO CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO	MINISTRO
	PRESIDENTE
	DIRECTOR GERAL
	PROCURADORIA
	1.ª SECÇÃO
	2.ª SECÇÃO
	3.ª SECÇÃO
	CONTADORIA FISCALIZAÇÃO
SECRETARIA	4024/34
CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO	RECLAMAÇÃO DE MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS
SECRETARIA	ARCHIVO

GC - 8.

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho

Nos autos do processo n.º 4024/34, de reclamação de Manoel Rodrigues dos Santos

A SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO, pelo seu representante legal infra-assignado, vem, nos termos do art. 4º §§ 4º e 9º do Decreto n.º 24.784, de 14 de Julho de 1934, requerer a V.Exa. se digne mandar juntar aos autos do processo n.º 4024/34 os embargos inclusos, os quaes, data venia, quer offerecer ao venerando accórdão de 23 de Abril do corrente anno (publicado no "Diario Official" de 30 de Maio ultimo, pagina 10.918), pelo qual a Egregia la. Camara do Conselho Nacional do Trabalho julgou procedente a reclamação de Manoel Rodrigues dos Santos para o fim de determinar sua reintegração nos serviços da Embargante.

E por ser de Justiça

P. e E. Deferimento

Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1935

Isento de sello ex-vi do que dispõe o art. 67 do Dec. 20.465.

MJM/AA

C.A. Sylvester
Representante.

Recebido na 1.ª Secção em 30/7/35

Atto Sr. Sec. do Gaz para informar nos autos Em 3 de Agosto de 1935
Recebo de Remido da Sede
Director da 1.ª Secção

11.43

M. H. H.

Embargando a decisão de fls., diz a "SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO", pelo seu representante legal infra-assignado, por esta e na melhor fórma de direito, o seguinte:-

E. S. N.

Preliminarmente,

I - P. que a decisão de fls., dando provimento á queixa do embargado "para o fim de mandar reintegrar-o nos serviços da empresa, com todas as vantagens legais", é susceptível de embargos, ex-vi do que dispõe o § 4º do artigo 4º do Decreto nº 24.784, de 14 de Julho de 1934;

Assim,

II - P. que a decisão de fls. está em flagrante conflicto com a jurisprudencia pacifica desse venerando Conselho, consagrada numa série uniforme de accordãos, sob a égide dos quaes procedeu a Embargante, quando dos seus serviços dispensou o embargado;

Com effeito,

III - P. que o embargado, ao ser demittido, não contava 10 annos de tempo effectivo de serviço, como aliás ficou exaustivamente demonstrado nas razões de defesa da Embargante (GC-6, de 7 de Junho de 1934; GC-7, de 21 de Setembro de 1934; GC-1, de 8 de Janeiro de 1935) e perfeitamente caracterizado na "folha de empregado" do embargado, juntada em copia photostatica aos autos do processo, sendo, nessas condições, demissivel "ad nutum";

Além disso,

IV - P. que o embargado, ao ser dispensado do serviço da Embargante, contava apenas 7 annos, 3 mezes e 28 dias de tempo effectivo, não lhe assistindo, portanto, direito á estabilidade funcional, assegurada no art. 53 dos decretos ns. 20.465 e 21.081;

Por outro lado,

V- P. que, contando o embargado menos de 10 annos de serviço, podia a Embargante dispensal-o, como o fez, independentemente de instauração de inquerito administrativo;

Ademais,

VI - P. que o novo criterio adoptado pelo venerando Conselho Nacional do Trabalho para a contagem do tempo de serviço, em virtude de recente interpretação dada pelo Exmo. Sr. Ministro do Trabalho ao texto legal que assegura a estabilidade funccional, é posterior ao acto da Embargante e, nessas condições, não podia nem devia invalidal-o;

Mesmo porque,

VII- P. que ainda em Novembro do anno findo (accordão de 23 desse mez, nos autos do processo nº 14.972/33, publicado no "Diario Official" de 20 de Março do corrente anno de 1935, pag. 5565), firmou o Venerando Conselho a velha jurisprudencia de que

"o empregado que péde demissão não tem direito á contagem do tempo anterior para effeito da estabilidade funccional";

Outrosim,

VIII - P. que a nova interpretação dada pelo Exmo. Sr. Ministro do Trabalho (nos autos do processo de João Rolino Xavier) foi divulgada a 31 de Outubro de 1934, enquanto a decisão supra-invocada data de 23 de Novembro de 1934 - ou seja - cerca de um mez depois;

Ainda;

IX - Provará que, ao ser demittido o embargado, em Marco de 1934, prevalecia a jurisprudencia anterior do venerando Conselho e nella baseada é que a Embargante- em boa-fé, confiada nos julgados successivos do Egregio Tribunal do Trabalho, consciente de que agia dentro da lei e conforme o espirito do legislador - dispensou os serviços do embargado, aliás por moti-

vos justos e legitimos, como provou em suas razões de defesa;


Em conclusão,

X - P, que, á vista do exposto e dos esclarecimentos prestados nas razões de defesa, a Embargante procedeu de perfeito accordo com os preceitos juridicos e as normas leaes que regem a especie e na conformidade da jurisprudencia mansa e pacifica do Egregio Conselho Nacional do Trabalho.

Nessas condições,

É de esperar que os presentes embargos sejam recebidos e afinal julgados provados para o effeito de ser reformado o accordão de 23 de Abril do corrente anno (publicado no "Diario Official" de 30 de Maio ultimo, pagina 10.918), e, em consequencia, mantido o acto da Embargante, que demittiu dos seus serviços, nos termos da lei, o embargado Manoel Rodrigues dos Santos.

A Embargante deixa de juntar a estes embargos documento novo, de vez que apenas articula materia de direito (§ 4 in principio do art. 4º do Decreto nº 24.784, de 14 de Julho de 1934).


C.A. Sylvester
Representante.

FMMJ/AA

Isento de sello ex-vi
do que dispõe o art.
67 do decreto 20.465

Ma. 42

I N F O R M A Ç Ã O

A Egregia Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho, tendo em vista os presentes autos de processo em que Manoel Rodrigues dos Santos reclama contra sua demissão da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, reunida em sessão de 23 de Abril ultimo (accordão de fls. 35/6, publicado no Diario Official de 30 de Maio p. passado), resolveu dar provimento a referida reclamação, para o fim de mandar reintegrar o supplicante nos serviços da citada Empreza, com todas as vantagens legais.

Com essa decisão não se conformou a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro que, nos termos do § 4º do art. 4º do Regulamento approved pelo Decreto nº 24.784, de 14 de Julho de 1934, recorre da mesma para o Conselho Pleno, offerecendo as razões de embargos de fls. 43 e seguintes.

Tendo sido observado o prazo regulamentar na apresentação dos alludidos embargos, proponho que se conceda vista dos mesmos ao embargado, nesta Secretaria, pelo prazo de 10 dias, afim de que offereça a contestação que entender.

Retardado devido ao accumulo de serviços meu cargo.

Primeira Secção, 27 de Agosto de 1935

Francisco Lima da Silva
1º Official

Rec. em 31-8-35.

*A' consideração do Snr. Director Geral
de accordo com a informação supra
Rio de Janeiro, 3 de Setembro de 1935
Theodoro de Almeida Sodré*
Director da 1ª Secção

Rec. 4/9/35

Rec.º. Jab. 4-9-35

A' 1.ª Secção para fazer expediente ad-
-embargado devido - the visto no auto neste
Secretaria pelo prazo de 10 dias.

Ris 5 de Setembro de 1935

Quaresima
Directora geral

Recebido na 1.ª Secção em 5/9/35

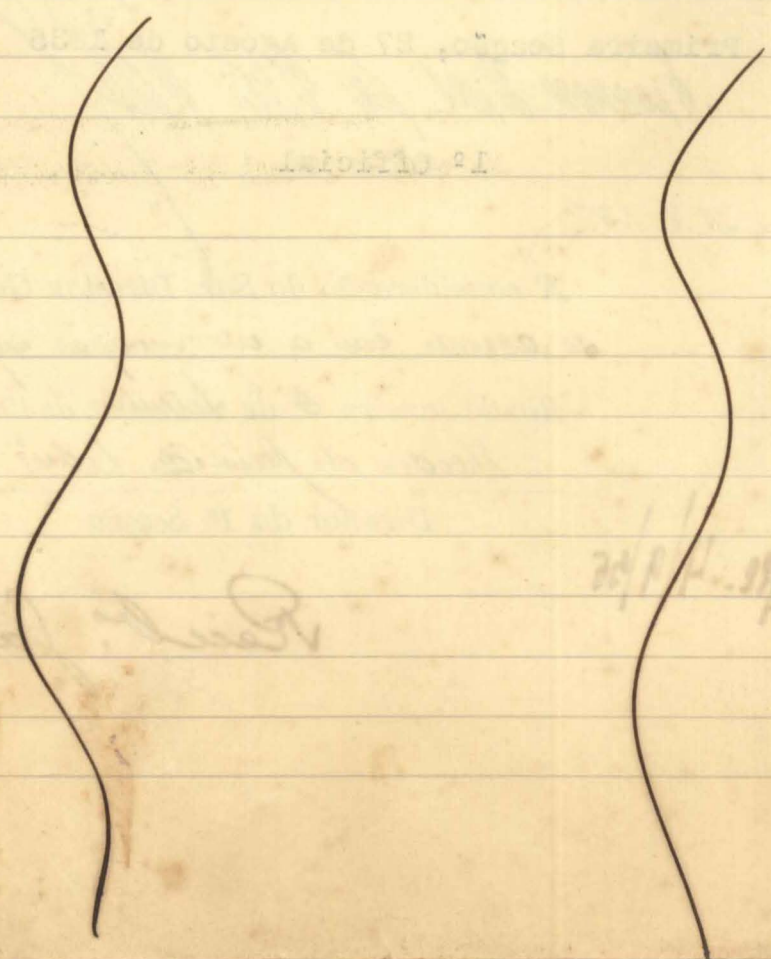
A Aux. Emacina Alvarenga para fazer o expediente

Em 23 de Setembro de 1935

Theodoro de Almeida Lodi

Director da 1.ª Secção

Cumprido em 28/9/35
Emacina de Alvarenga
Aux.



4 Outubro

5

EA

1-1.274

Sr. Manoel Rodrigues dos Santos

Rua Guilhermina, 209

Encantado - Districto Federal

Havendo a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro embargado a decisão deste Conselho, proferida em sessão de 23 de Abril do corrente anno, que vos deu ganho de causa, communico-vos, para os devidos fins, que tendes nesta Secretaria, dentro do prazo de 10 dias, vista dos alludidos embargos, afim de apresentardes as razões que tiverdes.

Attenciosas saudações

Rivaldo Lopes

Director Geral da Secretaria

*atrasado ao tempo, fôrta nos autos
documentos de fe. represent.
Rio, 23/10/32
Mons. Manoel Rodrigues dos Santos
2. 44*

EX. 100/35

8

4 de outubro

MA

1-1-374

Dr. Manoel Rodrigues dos Santos

Rua Galileu, 309

Estado - Distrito Federal

Reverendo e Excmo. Sr. Juiz de Direito
do Juízo de Direito da Comarca de Brasília
da cidade de Brasília, Distrito Federal, para os devidos fins,
que tenha a honra de receber, dentro do prazo de 10 dias,
vista dos autos e respectivos autos, para que apresente as
razões que tiver.

Atenciosas saudações

Justada.

Nesta data, junto aos autos
os documentos de fls. seguintes.

Rio, 23/10/935
Maria Alcina Marques de Sa'
2.º off.

Exmo. Sr. Presidente do CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO:

MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS, abaixo assinado, requer a V. Exa. se digne determinar seja junta aos autos que tem emdamento nêsse Instituto, proc. n. 4024/34, a contestação que esta acompanha, para os fins de direito.

Nestes termos,
p. deferimento.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1935

Manoel Rodrigues dos Santos

Isento de selo, ex-vi do dec. 20.465

No 90 C. Acacia Alcina base in. onua nos autos
Em 19 de Outubro de 1935
Recebo de Almeida Velu
Director da 1.ª Secção

17-10-35

Recebido na 1.ª Secção em 17/10/35

PROTOCOLLO GERAL

Nº 12.238

DATA 16/10/1935

SECRETARIA DO CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO	MINISTRO
	PRESIDENTE
	DIRECTOR GERAL
	PROCURADORIA
	1.ª SECÇÃO
	2.ª SECÇÃO
	3.ª SECÇÃO
	CONTADORIA
	FISCALIZAÇÃO
	ENGENHARIA
ESTATISTICA	
ARCHIVO	

CONTESTANDO OS EMBARGOS DA SOCIETÉ ANONYME
DU GAS DO RIO DE JANEIRO

Egregio Conselho:

Não procedem, de forma alguma, os embargos oferecidos pela SOCIETÉ ANONYME DU GAS DO RIO DE JANEIRO, ao Venerando Acordam dêsse Colendo Conselho, proferido em sessão de 23 de abril do corrente ano, pelo qual foi julgada procedente a reclamação apresentada contra a aludida Companhia.

Em primeiro lugar, ha a considerar o seguinte: o mencionado recurso, meramente protelatório-- diga-se desde logo -- não está regularmente instruído, uma vês que não foi feita a exibição de documento NOVO como expressamente exige a LEI. Sem essa formalidade, não é possível ser levado a sério o mesmo recurso. Assim, devem os embargos ser desprezados.

quanto ao merito, nada ha a contestar e isto porque a embargante repete os mesmos comentarios feitos anteriormente, insistindo em um ponto que não mais oferece a ~~a~~ menor duvida, isto é, quanto ao tempo de serviço interrompido. A estabilidade se verifica quer o empregado seja demitido, quer solicite demissão. Assim tem sido decidido em inumeros casos. O que deve ser esclarecido é se o trabalhador tem mais de dez anos á mesma empresa. E quanto ao embargado, não se discute, como se vê das informações de fls. da propria embargante.

Não tendo cometido falta grave, a solução é a reintegração, como, aliás, já foi ordenada no respeitavel acordam embargado.

Assim, o signatario espera que os embargos
serão repelidos, como é de toda

JUSTIÇA !

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1935

Manoel Rodrigues dos Santos

Rec. em 21/10/935.

- INFORMAÇÃO -

Em atenção ao officio desta Secretaria, constante á fls. 48, Manoel Rodrigues dos Santos apresenta contestação aos embargos offercidos pela Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, ao accordão deste Conselho, proferido nos autos do processo em que reclamou contra a sua demissão daquelle Companhia.

Allega o embargado que os referidos embargos não podem ser tomados em consideração, porquanto a embargante não apresenta documento novo, como exige a lei.

Quanto á questão do tempo de serviço, julga o embargado que não póde ser admittido o ponto de vista da embargante, uma vez que, no momento em que foi julgada a sua reclamação, devia prevalecer, como prevaleceu, a interpretação dada sobre o caso pelo Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio, embóra na occasião da demissão do embargado estivesse em vigôr a jurisprudencia deste Instituto, que estabelecia:

"O empregado que pede demissão não
"tem direito á contagem do tempo anterior, para effeito de estabilidade
"funcional".

E' justamento sobre este ponto que se baseia a embargante, afim de ser reformado o accordão que julgou procedente a reclamação de Manoel Rodrigues dos Santos, determinando a sua reintegração no cargo que occupava naquella Companhia.

Entre outros argumentos, cita a embargante em seu favôr o accordão do Egregio Conselho, proferido nos autos do Proc. 17.972/33, em que foi mantida a jurisprudencia anterior, embóra já houvesse sido divulgada a interpretação dada pelo Exmo. Snr. Ministro do Trabalho (processo de reclamação

de João Rolino Xavier) relativamente á contagem de tempo de serviço anterior ao pedido de demissão de empregados.

Para melhor esclarecimento da materia em apreço, junto copia do accordão a que se refere a Societé Anonyme du Gaz, propondo sejam estes autos submettidos á consideração da douda Procuradoria Geral.

Ao Sr. Director da Secção para os devidos fins.

Rio, 23 de Outubro de 1935.

Maria Alcina Marques de La'.

22 Official.

CONFERE COM O ORIGINAL
Rio, 23/12/1934

Silva Salas

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO.



ACCORDÃO
1934.

Vistos e relatados os autos do processo em que são partes: como reclamante, Albert Badson e, como reclamada, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré:

Albert Badson reclamou a este Conselho contra a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que o demittira, juntando prova de que alli trabalhou mais de 15 annos de serviço. Ouvida a empresa, sobre a reclamação em causa, remette ella copia authenticada de dois inqueritos administrativos instaurados contra o reclamante; um, para o fim de apurar sua responsabilidade no encontro da machina 13, com o auto 25, no dia 20 de Janeiro de 1930, e, o outro, para apurar o que havia de verdadeiro sobre o facto de ter o supplicante abandonado o trem que chefia-va em Periquitos, no dia 18 de Janeiro, alcançando-o, depois, em Taquara, no dia 20 do referido mez de Janeiro. Informa, ainda, a Madeira Mamoré que Albert Badson solicitou sua demissão, juntando copia do pedido (doc. de fls. 34).

Considerando que o reclamante allega que o pedido de demissão foi feito sob coacção, mas, a simples allegação da parte interessada não pode destruir o documento existente, por isso que, enquanto não apresentar elle prova do que affirma, isto é, da coacção que allega ter soffrido, subsistirá o seu pedido;

Considerando que O Conselho Nacional do Trabalho tem decidido, constantemente, que o empregado que péde demissão não tem direito á contagem do tempo anterior, para effeito da estabilidade funcional;

Considerando, mais, que do primeiro inquerito está evidenciada a responsabilidade do accusado no encontro da machina com o auto.

Resolvem os membros da 2a. Camara do Conselho Nacional do Trabalho, julgar improcedente a reclamação de Albert Badson.

Rio de Janeiro, 23 de Novembro de 1934.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

a) Francisco Barboza de Rezende

Presidente



a) Edgard de Oliveira Lima

Relator

1934.

Fui presente: - a) Geraldo A. Maria Baptista - Procurador Geral em

Vistos e relatados os autos do processo em que são par

te, a Estrada de

Memoria de

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

Publicado no Diario Official de 20 de Maio de 1934.

23 de Outubro de 1934
Edgard de Oliveira Lima
Director da 1ª Secção

A' consideração do Snr. Director Geral
de acordo com a informação

Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 1935

Theodoro de Almeida Faria
Director da 1ª Secção

VISTO-Ao Snr. Procurador Geral,
de ordem do Ex. Sr. Presidente.

Em 25 de Outubro de 1935

Guadalupe
Director da Secretaria

Acc. na Proc. em 26-10-35

Preliminarmente, nada ha
que opôr á admissãõ dos embargos.
De merito, os embargos de-
vem ser rejeitados.

O embargante limita-se a
repetir argumentos velhos, pretendendo
que na occasião em que desistiu
o embargado, fê-lo de accordo com a
jurisprudencia dominante do Egregio
Conselho.

Ninguem contesta isto. O que se
contesta e' que a jurisprudencia possa
prevaler contra a lei, a qual, segundo
sempre sustentou esta Procuradoria
e afinal reconheceu o Sr. Ministro do
Trabalho, não dá guarida á distinc-
ção relativa á interrupção, por ato
espontaneo do empregado, do tempo
de serviço na empresa.

O que a lei exige, como agora

se reconhece, e que o serviço efetivo prestado pelo empregado somente 10 dias, descontados as interrupções, que não importam ao computo do tempo, tenham sido voluntários ou não.

Pelo exposto, o nosso parecer é no sentido de serem despendidos os embargos mantidos, assim, o auto não é embargado.

Rio, 28/10/1935.

Geraldo S. Barrios Baptista
1.º Adjunto do Proc. Geral

Recb. Jab. 29-10-35

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Excmo. Sr. Presidente.

Em 30 de Outubro de 1935

Quacá Lourey
Director da Secretaria

Ar. Sr. Conso Reg. Monteiro como
Recb. P. 31-10-35

[Signature]

De ordem do Sr. Presidente, transmitto o presente processo ao relator sorteado Sr. Dr. Rego Monteiro

Rio, 31 de Outubro de 1935

Ar. W. Favilla Nunes
Secretario da Sessão

A' Secção respectiva, na forma,
do regulamento em vigor.

Rio, 20 de Novembro de 1935

Alto Pavillatunes
Encarregado de Actas



Ministerio do Trabalho,
Industria e Commercio

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Proc.4.024/934.

ACCORDÃO

.....Secção

Ag/SSBF.

19 35.....

Vistos e relatados os autos do processo em que são partes: Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, como embargante, e Manoel Rodrigues dos Santos, como embargado:

Considerando que a Primeira Camara, em sessão de 23 de Abril do corrente anno - accordão publicado no Diario Offi- cial de 30 de Maio seguinte - julgou procedente a reclamação offerecida por Manoel Rodrigues dos Santos, contra a sua demis- são do serviço sem causa justificada, attendendo a que, por força da interpretação dada pelo Exmo. Snr. Ministro do Traba- lho ao disposto no art. 53 do Dec. n: 20.465, de 1: de Outubro de 1931, o empregado contava mais de 10 annos de serviço para o effeito da garantia da estabilidade funccional;

Considerando que a esse julgado interpoz a referida Empreza os embargos de fls. 44 a 46, os quaes foram offerecidos dentro do prazo legal;

Considerando, de meritis, que as razões ora adduzidas pela embargante são, em parte, procedentes, pois que á epóca em que se verificou a demissão do embargado prevalecia a jurispru- dencia firmada por este Conselho, no sentido de que o emprega- do que péde demissão não tem direito á contagem do tempo ante- rior para effeito da estabilidade funccional; todavia, na oc- casião em que foi julgado o feito, já não domimava tal doutri- na, e sim a firmada pelo Exmo. Snr. Ministro, que manda contar todo o tempo de serviço prestado á mesma Empreza, sem aquella restricção, e, nestas condições, era forçoso prevalecer essa

ultima exegese, cujo imperio é que deve ser considerado para determinar a reparação dos prejuizos soffridos pelo embargado por força do acto da embargante, dispensando-o do emprego por não lhe reconhecer o direito á estabilidade funcional de que trata a legislação em vigor;

RESOLVEM os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, contra o voto do relator, receber os presentes embargos, para o effeito de julgal-os, em parte, procedentes, determinando a reintegração do embargado nos serviços da Empresa, com direito, porem, aos vencimentos atrasados a partir de 31 de Outubro de 1934, data do despacho ministerial acima referido.

Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 1935.

Francisco de Paula de Almeida Presidente

Luiz de Oliveira Lima Relator ad-hoc

Fui presente: - *J. Paulo de Carvalho* Procurador Geral.

*Requiza
Lima Lima
Leoniel*

VOTO VENCIDO - " A embargante limita-se a repisar argumentos já debatidos nos autos, considerados destituídos de qualquer fundamento, pretendendo que, na occasião em que demittiu o embargado, fel-o de accordo com a jurisprudencia dominante deste Conselho.

Ninguém contesta tal argumentação. O que não se póde admittir, como deseja a embargante, é que a jurisprudencia prevaleça sobre a lei.

Com effeito: o tempo de serviço a que se refere o art. 53 do Dec. 20.465, de 1931, para effeito de estabilidade, segundo a these esposada pelo Sr. Ministro e adoptada por es-

te Conselho, é computado integralmente, na mesma Empreza, embora não seja continuo.

Assim, o que a lei exige, como agora está reconhecido, é que os serviços effectivos prestados pelo empregado sommem 10 annos e, nestas condições, é de se manter a decisão da Primeira Camara, que julgando procedente a queixa do óra embargado, determinou a reintegração do mesmo dos serviços da Societé Anonyme du Gaz, com todas as vantagens legais, no caso, a indemnização dos salarios não percebidos desde o afastamento até a data em que effectivamente voltar ás suas funcções. //

[Handwritten signature]

PUBLICADO NO DIARIO OFFICIAL
Em 9 de Março de 1936

Keep Mantais

po 30 M. Ernacina Alvares para preparar o necessa-
rio expediente a Sociedade Anonima do Gas de Sao Paulo.

Em 12 de Maio de 1936

Theodoros de Almeida Sodre

Director da 1.ª Secção

Cumprido em N.º 3-936
Ernacina de Alvares
3.º of

EA

1-345

Sr. Director da Societé Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro

Notificação

Transmitto-vos, de ordem do Sr. Presidente, copia authenticada do accordão proferido por este Conselho, nos autos do processo em que são partes: essa empresa, como embargante e Manoel Rodrigues dos Santos como embargado.

Outrosim, communico-vos fica essa empresa notificada a dar integral cumprimento a decisão do citado accordão, que foi no sentido de ser o supplicante reintegrado nos serviços dessa Companhia, com direito aos vencimentos atrasados a partir de 31 de Outubro do anno de 1934, sob pena de ficar sujeita as sanções legais.

Attenciosas saudações

Francisco de Paula Watson
Director Geral interino

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

fl. 60

Caixa do Correio, 571

Rio de Janeiro, 3 de Abril de 1936

GC-3.

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho

NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 4024/34

A SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO, nos autos do processo nº 4024/34, de reclamação de Manoel Rodrigues dos Santos, requer a V.Exa. se digne encaminhar a S.Exa. o Senhor Ministro do Trabalho as inclusas razões de recursos, como admite o § 1º do art. 5º do regulamento baixado com o Decreto nº 24.784, de 14 de Julho de 1934.

C.A. Sylvester

C.A. Sylvester
Representante

JSB/AA

ANNEXO

Isento de sello ex-vi do art. 67 do Decreto nº 20.465, de 1-10-31

Rec. em 13-4-36
No 3º Off. Encarregado Alvarago para
Em 13 de Abril de 1936
Theodoro de Almeida Loual
Director da 1ª Secção

PROTOCOLLO GERAL	
Nº 4092	
DATA 8/4/1936	
SECRETARIA DO CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO	MINISTRO
	PRESIDENTE
	DIRECTOR GERAL
	PROCURADORIA
	1.ª SECÇÃO
	2.ª SECÇÃO
	3.ª SECÇÃO
	CONTADORIA
	FISCALIZAÇÃO
	ENGENHARIA
ESTATISTICA	
ARCHIVO	

Recebido na 1ª Secção em 9-4-36

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

Caixa do Correio, 571

Rio de Janeiro, 3 de Abril de 1936

N.º 7951
2/7/36

Ministro
Consultor
Exp. Ind.
Exp. Com.
Exp. Pov.
Exp. N.º Trabalho
Exp. Seguros
Exp. Providencia

fl. 61

GC - 2.

Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio

A SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO, pelo seu representante legal infra-assignado, não se conformando com a decisão do Egregio Conselho Nacional do Trabalho, que rejeitou os embargos opostos á decisão da Primeira Camara, determinando a reintegração do embargado MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS nos seus serviços, vem interpôr perante V.Exa. o presente recurso, pelas razões que passa a expôr:-

I - O recorrido, ao ser demittido dos serviços da Recorrente, não contava 10 annos de casa, como aliás ficou de sobejo demonstrado em suas exaustivas razões de defesa e perfeitamente caracterizado na "folha de empregado", apresentada em copia photostatica e em tempo appensada aos autos do processo. Nessas condições, quando se verificou a sua dispensa, era elle, ex-vi-legis e de accordo com a jurisprudencia pacifica do Venerando Conselho, demissivel ad nutum;

II - Na verdade, merece considerada essa circumstancia, que não póde ser esquecida pelo Julgador - qual a de haver sido lavrada a demissão do recorrido n'um momento em que ainda imperava aquella jurisprudencia, consagrada - o que é de assignalar - numa serie uniforme de accordãos - cerca de duas dezenas de decisões unanimes.

III - Estabelecica essa jurisprudencia - ao tempo da demissão do recorrido - que "o empregado que péde demissão não tem direito á contagem do tempo anterior para o effeito da estabilidade funccional". Ora, a Recorrente, demittindo de

pb 62

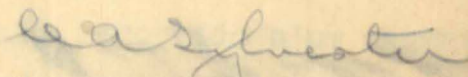
seus serviços o recorrido, procedeu nos justos termos dos princípios que então regulavam a especie e com fundamento em reiteradas decisões da Justiça do Trabalho;

IV - Seria, por conseguinte, extremamente injusto que o novo critério- posterior ao acto da Recorrente- agora adoptado pelo Conselho Nacional do Trabalho para contagem do tempo de serviço, viesse a ter efeito retroactivo afim de invalidar actos que foram praticados sob a égide de princípios, ha longo tempo consagrados pelo proprio Conselho;

V - Permitta o eminente Julgador que a Recorrente recorde, ainda uma vez, que, em bôa fé, confiada nos julgados successivos do Egregio Conselho Nacional do Trabalho, consciente de que agia dentro da lei e conforme o espirito do legislador, dispensou de seus serviços o recorrido, aliás por justos e legitimos motivos, como provou em suas razões de defesa e de embargos;

VI - Á vista do exposto, espera a Recorrente que V.Exa., com o alto espirito de justiça que caracteriza suas decisões, se dignará de dar provimento ao presente recurso, reformando o accordão do Conselho Nacional do Trabalho, o que lhe parece conforme as mais ponderaveis razões de

D i r e i t o


C.A. Sylvester
Representante.

JSB/AA

fl. 63

I N F O R M A Ç Ã O

Manoel Rodrigues dos Santos réclamou a este Conselho contra a Societé Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro, que o demittiu do serviço, sem justa causa.

A Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho, tendo em vista a alludida reclamação, em sessão de 23 de Abril do anno de 1935 (accordão de fls. 35/36, publicado no "Diario Official" de 30 de Maio do mesmo anno) resolveu julgar procedente a queixa, para mandar reintegrar o supplicante nos serviços da citada Companhia, com todas as vantagens de que trata o art. 53, § 2º, do Decreto nº 20.465, de 1º de Outubro de... 1931.

Com essa decisão, porem, não se conformando a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, pelo que, usando da faculdade constante do art. 4º do Decreto nº 24.784, de 14 de Julho de 1934, apresentou á mesma os embargos de fls. 44/46, os quaes foram desprezados pelo Conselho Pleno, em face dos fundamentos expostos no accordão de fls. 55/57.

Não se conformando, ainda, com esse julgado, a empresa recorreu, agora, para o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio, afim de que S. Excia. decida o caso com o seu elevado espirito de justiça.

Parecendo-me ter o recurso fundamento no art. 5º, lettra b, do Decreto 24.784, citado, submetto os autos á consideração superior para o necessario encaminhamento, ouvida, preliminarmente, a douta Procuradoria Geral.

Rio, 22 de Abril de 1936

Emacina de Alvarenga

3º Official

no 4/36

A' consideração do Snr. Director Geral, *cujo os*
precentes autos informados

Rio de Janeiro, 22 de Maio de 1936

Theodoro de Almeida Foddi

Director da 1ª Secção

25/5/36

VISTO-Ao Snr. Dr. Procurador Geral,
de ordem do Exmo. Snr. Presidente.

Em 15 de Maio de 1936

Director da Secretaria

Rec. na Procuradoria' int. 16-5-36

VISTO

Ao Dr. 1º Procurador Adjunto

Rio de Janeiro, 18 de Maio de 1936

Luiz
Procurador Geral

+

O recurso carece de funda-
mento legal, porquanto as decisões do
C.N.T., em prin. de embargo, (como
no caso vertente), são de ultima e
definitiva instancia (repl. aprovado
pels dec. no 24-784, art. 4, § 5º).

Com essa informaçao e prin.
seja o processo submetido a' considera-
cao do r. Ministro.

Rio, 18/5/1936

Luiz
1º signatário do P. Geral

19/5/36

A consideração do Sr.
Presidente.

Rio, 19 de Maio de 1936
~~Albano~~
Diretor Geral, iet.

De acordo com o parecer da Procura-
doria, encaminhe-se à Consideração
de Sua Excelência o Senhor Ministro.
Rio 19-V-36. Albano
Pres. em exercício.

Recebido na 1.ª Secção em 20-5-36

fls. 65

C. N. T.
Proc. 4.024/934
(D. G. E. 7.950-936)

X Deixo de tomar conhecimento do pedido de fls.61/62, por não se enquadrar em nenhuma das hypotheses previstas no artigo 5º do Regulamento approved pelo decreto 24.784.-
Rio, 25-5-936

De ordem do Director Geral

à 28 Secção
Em 27 de Maio de 1936

Secretario

Recebido

Preparei o extracto do assumpto, seguido do despacho, para inserção no Diario Official

Em 27-5-1936

Ribeiro
Auxiliar

Visto.

Em 27-V-936.

José Coutinho
Dir. In. S.º

Publicado no "DIARIO OFFICIAL"
de 28 de Maio de 1936

Ribeiro

Nem

Nem um outro expediente competendo a esta Directoria Geral, está em con-
dição de ser restituído ao Conselho o presente processo.

Em 30-V-936.

José Coutinho
Dir. G.º

AO CONS. NAC. DO TRABALHO

Em 30/5/1936.

[Handwritten signature]

Sciante a Procuradoria, compare
o despacho do Senhor Ministro. Rio,
4-VI-36. Albano.
Pres. em exercício.

Pec. na Proc. em 9-6-36.

Cint. Pres, 9-6-936

José Coutinho
Dir. G.º

[Faint handwritten notes]

1ª Seccção, para notificar a empresa dos termos do despacho do Am. Ministro, p. 65, assignando-lhe prazo para o cumprimento das decisões, nos termos do art. 37 do regulamento em vigor.

Rio, 9/6/36
Quatros
D. Genl

Recebido na 1.ª Seccção em 11/6/36

Cumprido em 13/6/36
Sr. Dias
1.ª Seccção

CN/SSBF.

1-711

Sr. Representante da Societé Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro
Caixa do Correio nº 571
Rio de Janeiro

Levo ao vosso conhecimento que o Sr. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio, apreciando o recurso interposto por essa Empreza contra a decisão deste Conselho, de 14 de Novembro p. passado, que determinou a reintegração de Manoel Rodrigues dos Santos, com direito aos vencimentos atrasados a partir de 31 de Outubro de 1934, exarou o seguinte despacho em 25 de Maio ultimo: "Deixo de tomar conhecimento do pedido de fls. 61/62, por não se enquadrar em nenhuma das hypotheses previstas no art. 5º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 24.784".

Nessas condições, fica pelo presente notificada essa Empreza para, no prazo de dez dias, contados do recebimento deste, dar cumprimento integral a supra citada decisão, sob pena de, decorrido o referido prazo, ficar sujeita as sancções previstas nos arts. 32 letra a e 37 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 24.784, de 14 de Julho de 1934.

Attenciosas saudações

Director Geral da Secretaria

fl. 67

PROC. 4.024/34

20 Junho 8

CN/22BR.

1-711

St. Representante da Sociedade Anonima do Gaz do Rio de Janeiro
Caixa do Correio n.º 271
Rio de Janeiro

Levo ao vosso conhecimento que o Sr. Ministro do
Trabalho, Industria e Commercio, apreciando o recurso inter-
posto por essa empresa contra a decisao deste Conselho, de 14
de Novembro p. passado, que determinou a reintegracao de Ma-
noel Rodrigues dos Santos, em direito aos vencimentos atri-
buidos a partir de 31 de Outubro de 1934, exarou o seguinte

Limitada.

*Nesta data, frute a fls. 68/69
destes autos os documentos protocol-
lados sob os n.ºs 8087/36 e 8178/36.*

Prio, 17/7/1936

*Maria Aleina M. de La' Miranda
2.º off.*

despacho em 25 de Novembro de 1934, no qual se enuncia o seguinte
pedido de reintegracao e a sua homologacao pelo Conselho de
Arbitragem, no prazo de 15 dias, contados do recebimen-
to da presente notificacao, sob pena de definitividade da decisao, e
de ser sujeito a sancoes previstas nos arts. 32 letra g e 37 do Regulamento aprovado
pelo Decreto n.º 24.784, de 14 de Junho de 1934.

Atenciosas saudações

Director Geral da Secretaria

Fls. 68

EXMO SNR PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

D I Z Manoel Rodrigues dos Santos, nos autos do processo em que reclama contra a sua demissão da Societé Anonyme du Gas de Rio de Janeiro - que tem o nº 4.024, de 1934 - que não havendo a dita Empreza dado cumprimento ao detrmnado no efficio da Secretaria desse E. Conselho, de nº 711, de 20 de junho p.p., já tendo, outrosim, decorrido o prazo alli estabelecido, vem solicitar a V. Ex. sejam tomadas as necessarias providencias para que o Supte. seja incontinenti reintegrado do serviço, com a indemnização dos salarios a que tem direito, consoante o resolvido por esse V. Tribunal e confirmado pelo Exmo. Snr. Ministro do Trabalho, applicando-se á infractera as disposições de art. 32 letra a e art. 37 do Reg. deste Conselho em pleno vigor, por ser de inteira

JUSTIÇA!

*Rio de Janeiro 7 - julho de 1936
Manoel Rodrigues dos Santos*

7/7

PROTocollo GERAL	Nº 8087/1036	DATA 7/7/1936	MINIC. DO	SECRETARIA DO
			TE	CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO
DIRECTOR GERAL	1.ª SECÇÃO	FISCALIZAÇÃO	ENGENH. MA	ES. ATISTICA
PROCURADORIA	2.ª SECC.	CORITAD.	ARCHIVO	
	3.ª SECC.			

Recebido na 1.ª Secção em 9/7/36

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

fl. 69

Caixa do Correio, 571

Rio de Janeiro, 7 de Julho de 1936

819

GC- 7.

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho

Nos autos do processo nº 4024/34, de
reclamação de MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS

Tomando conhecimento dos termos do vosso officio nº 1-711, de 20 de Junho ultimo, cumpre-me informar-vos que não nos conformando com o respeitavel despacho exarado por S.Exa. o Sr. Ministro do Trabalho nas razões do nosso recurso (GC. 2, de 3 de Abril do corrente anno), interposto contra a decisão desse Venerando Conselho, que determinou, em grão de embargos, a reintegração de MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS, com direito a vencimentos atrasados a partir de 31 de Outubro de 1934, sob o fundamento de "não se enquadrar dito recurso em nenhuma das hypotheses previstas no art. 5º do Regulamento approved pelo Decreto nº 24.784", o que se nos afigura injusto e em flagrante conflicto com a letra expressa do citado decreto - resolvemos, nessa conjuntura, usar do direito que as leis vigentes no paiz nos asseguram, appellando para o Poder Judiciario, a cujas portas vamos bater na esperança bem fundada de alcançar

Justiça

C.A. Sylvester

C.A. Sylvester
Representante

JSB/AA

Isento de sello ex-vi
do que dispõe o art. 67
do Dec. 20.465.

PROTOLLO GERAL. 8178

DATA 8 / 7 / 1936

MINISTRO	PROCURADORIA	1.ª SECCÃO	CONTADORIA	FISCALIZAÇÃO	ENGENHARIA	ESTATISTICA	ARCHIVO
PRESIDENTE	DIRECTOR GERAL	2.ª SECCÃO	3.ª SECCÃO				

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

SECRETARIA DO

Recebido na 1ª Secção em 9-7-36

fl. 70

- INFORMAÇÃO -

O Conselho Nacional do Trabalho, tendo em vista os embargos offerecidos pela Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, á decisão da Primeira Camara deste Instituto, de 23 de Abril de 1935, que determinou a reintegração de Manoel Rodrigues dos Santos nos serviços daquela Companhia, resolveu, em sessão de 14 de Novembro daquelle mesmo anno, receber os referidos embargos para julgal-os, em parte procedentes, conforme accordão de fls. 55/56 destes autos.

Não se conformando com aquella decisão, recorreu a referida Companhia para o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho que, em data de 25 de Maio ultimo, proferiu o seguinte despacho: "Deixo de tomar conhecimento do pedido de fls. 61/62, por não se enquadrar em nenhuma das hypotheses previstas no art. 5º do Regulamento approved pelo Dec. nº 24.784".

Mediante officio desta Secretaria, sob o nº 1-711, de 20 de Junho ultimo, teve a recorrente conhecimento do despacho do Sr. Ministro, sendo-lhe marcado o prazo de 10 dias para dar cumprimento integral ao accordão deste Conselho, sob pena de, decorrido o referido prazo, ficar sujeita ás sancções previstas no art. 32, letra a e art. 37 do Regulamento approved pelo Dec. 24.784, de 14 de Julho de 1934.

Manoel Rodrigues dos Santos, com a petição de fls. 68, communica não haver a Societé Anonyme du Gaz dado cumprimento á determinação constante do citado officio de fls. 67.

Assim, requer sejam tomadas as necessarias providencias no sentido de ser elle reintegrado nos serviços da recorrente, com direito á percepção dos vencimentos atrasados, bem como sejam applicadas á mesma Empreza as sancções previstas nos arts. 32, letra a e 37 do Regulamento approved pelo

Decreto 24.784 citado.

No documento appensado a fls. 69, a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, em resposta á mencionada notificação desta Secretaria, communica que, não se conformando com o alludido despacho ministerial, vae recorrer do mesmo para o Poder Judiciario.

Pelo exposto, verifica-se que a Companhia em questão não pretende cumprir a decisão deste Conselho, confirmada pelo Sr. Ministro do Trabalho, ficando, dessa fôrma, sujeita ás sanções legaes, as quaes, a meu vêr, deverão ser applicadas incontinenti.

Nessa conformidade, transmitto os presentes autos ao Sr. Director desta Secção, para os devidos fins.

Rio, 17 de Julho de 1936

Maria Alcina M. de Sá Miranda.

2º Official.

Mec. 18/7/36

A consideração do Snr. Director Geral propondo a audição do Procurador Geral

Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1936

Mecenas de Almeida Sodré

Director da 1ª Secção

2877/26

VISTO-Ao Snr. Dr. Procurador Geral,
de ordem do Exmo. Snr. Presidente.

Em 4 de Agosto de 1936

Mecenas

Director da Secretaria

Rec. no Proc. em 11-8-36

VISTO

Ao Dr. 1º Procurador Adjunto

Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 1936

Procurador Geral

Comprovada como se
achou a desobediencia da em-
presa, somo de pagar lhe u-
ya applicada a multa prevista
no art. 32, alinea a do rep-
lamenteo aprovado pelo, etc.
no. 24.784 em importancia
que o Exceqis Conselho fixara;
applicando u- the, introssin,
a multa de 50000 diarios,
prevista no art. 37 do rep-
lamenteo citado.

Rio 17/8/1936.
Fernando A. Garcia (aptrila)
1º Adjunto do P. Geral

CONCLUSÃO

20.8.36

Nesta data, faço estes autos conclusos ao
Exmo. Sr. Presidente.

Em 20 de Agosto de 1936

Macaes Lourey
Director da Secretaria

Volte ao relator Sr. Conselheiro Rego
Monteiro

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1936

[Signature]
PRESIDENTE

De ordem do Sr. Presidente, transmitta o presente processo ao relator sorteado Sr. Sr. Rego Monteiro

Rio, 27 de 8 de 1936

S. Favilla Nunes

Secretario da Sessão

A' Secção respectiva, na forma do regulamento em vigor.

Rio, 19 de Set. de 1936

S. Favilla Nunes

Pelo Encarregado de Actas

18/9/36

Recebido na 1.ª Secção em

19/9/36

C. N. T. 18 42

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

(1ª SECÇÃO)

PROCESSO N. 4.024

193

1.º Adf.

ASSUMPTO

Mauzel Rodrigues dos Santos

solicitando seu aproveitamento na
The Rio de Janeiro Grammacy Light and Power Co Ltd

RELATOR

Reproust.

DATA DA DISTRIBUIÇÃO

27. 8. 36

DATA DA SESSÃO

10/9/36

RESULTADO DO JULGAMENTO

Suprim-se a multa de
R\$ 100,00 a mais 5% diários
por falta de cumprimento
de acerto, de acordo com
Procedência



Ministerio do Trabalho,
Industria e Commercio

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Proc. 4.024/34

ACCORDÃO

Ag/SSBF.

.....Secção

19 36

Vistos e relatados os autos do processo em que são partes: Manoel Rodrigues dos Santos, como reclamante, e a Societé Anonyme du Gas de Rio de Janeiro, como reclamada:

CONSIDERANDO que a referida Empreza não attendeu á intimação que lhe foi feita pela Secretaria deste Conselho em 20 de Junho do corrente anno, no sentido de dar cumprimento ao despacho do Sr. Ministro do Trabalho que, confirmando a decisão deste Conselho, de 14 de Novembro de 1935 determinou a reintegração de Manoel Rodrigues dos Santos, com direito aos vencimentos atrazados a partir de 31 de Outubro de 1934;

CONSIDERANDO que, assim, se tornou aquella Empreza passivel das penalidades previstas na alinea a do art. 32 e 37 do Regulamento approved pelo Dec. 24.784, de 14 de Julho de 1934;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, applicar á Societé Anonyme du Gas de Rio de Janeiro a multa de Rs: 6:000\$000 (seis contos de réis), e mais a de 50\$000 (cincoenta mil réis) por dia, contados da data do vencimento do prazo fixado na alludida intimação - 7 de Julho p.p. - até que se effective a reintegração de Manoel Rodrigues dos Santos, conforme determinou o accordão deste Conselho e respectivo despacho do Sr. Ministro do Trabalho.

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1936

Presidente
Relator

Fui presente: Procurador Geral

Publicado no Diario Official em 10 de Outubro de 1936

1-1.443/36-4.024/34

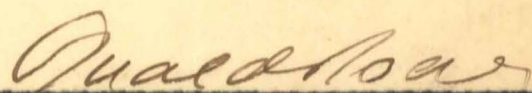
Sr. Superintendente de Societé Anonyme du Gaz do
Rio de Janeiro.

Caixa Postal n: 571

Rio de Janeiro

Transmitto-vos, para os devidos fins, copia
autenticada do accordão proferido pelo Conselho Nacio-
nal do Trabalho, em sessão plena de 10 de Setembro p.p
nos autos do processo em que são partes Manoel Rodrigue
dos Santos, como reclamante, e essa Empreza, como recl:
mada.

Attenciosas saudações



(Oswaldo Soares)

Director Geral da Secretaria

- Injunção -

Tendo em vista o que decidiu o Sr. Conselho - accordo de fls. 73 - prevenho a remessa do presente auto, á Contadoria para os fins de direito.

Rio, 21-10-36
Melo Bezaminil.
Aux.
21/10/36

A' consideração do Snr. Director Geral de acordo com a informação supra

Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1936
Theodoro de Almeida Sodré
Director da 1ª Secção

A' Contadoria, para proceder nos termos do art. 38 e 39 do regulamento em vigor, uma vez transitada em julgado a decisão de fls. 73 (art. 14, § 2º, do Dec. 24784, de 1934).
Rio, 28/10/36

Conteúdo do Auto
a terminação do Auto
Rio 28/10/36
Melo Bezaminil

Cumpra-se

Em 4 de Novembro de 1936

Theodoro de Almeida Sodré
Director da 1ª Secção

JUNTADA

Junto aos presentes autos, nesta data, os documentos que se seguem.

Primeira Secção, 10 de Dezembro de 1966

[Handwritten signature]

1º Official

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

Caixa do Correio, 571

Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1936

GC-11.

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho

Nos autos do processo 4.024/34,
de reclamação de Manoel Rodrigues dos Santos.

Em resposta ao vosso officio nº 1-1443/36, de 20 de Outubro proximo findo, no qual nos remettestes a copia authenticada do accórdão de 10 de Setembro de 1936 do Venerando Conselho Nacional do Trabalho, cumpre-nos informar-vos que já foi por esta Companhia devidamente cumprido o accórdão de 14 de Novembro de 1935 (publicado no "Diario Official" de 9 de Março de 1936, á pag. 5.024), como fazem prova os documentos que óra submettemos á esclarecida apreciação e julgamento desse egregio Instituto:-

1)- Do documento nº 1 verifica-se que o reclamante Manoel Rodrigues dos Santos recebeu a 13 do corrente mez da "Société Anonyme du Gaz" a importancia de Rs. 6:400\$000, correspondente aos seus salarios no periodo compreendido entre 31 de Outubro de 1934 e 31 de Outubro de 1936 (2 annos), confórme a decisão do venerando accórdão de 14 de Novembro de 1935 atrás citado, pelo que deu á dita Companhia plena e geral quitação, não se julgando com direito a qualquer reclamação futura;

2)- Pelo documento nº 2 verifica-se que o reclamante Manoel Rodrigues dos Santos, depois de integralmente pago e satisfeito dos seus vencimentos atrasados, de sua livre e espontanea vontade renunciou ao direito, que lhe foi assegurado no referido accórdão, de ser reintegrado no cargo que anteriormente exercia na Companhia, "visto não lhe convir mais conti-

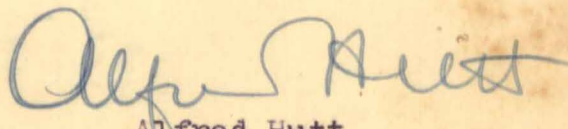
Recebido na 1.ª Secção em 20-11-1936

M. 94
11. 77

nuar ao serviço da mesma";


3)- Á vista do exposto, achando-se devidamente cumprido o accordão de 14 de Novembro de 1935, e não havendo mais razão de ser executado o venerando accordão de 10 de Setembro deste anno (publicado no "Diario Official" de 10 de Outubro do corrente anno, á pag. 22.140), requer a Societé Anonyme du Gaz o archivamento definitivo do processo 4.024/34.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar-vos os protestos de elevada estima e distincta consideração.


Alfred Hutt
Gerente

JSB/AA
ANNEXO

Isento de sello ex-vi
do disposto no art. 67
do Decreto n° 20.465

Em anexo :- Dois (2) documentos.


M. 78

Rs. 6:400#000

Recebi nesta data da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro a importancia de 6:400#000, correspondente aos meus salarios no periodo compreendido entre 31 de Outubro de 1934 e 31 de Outubro de 1936, pelo que dou á dita Companhia plena e geral quitação, não me julgando com direito a qualquer reclamação futura. Firmo o presente recibo perante duas testemunhas.

Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1936
Manoel Rodrigues dos Santos



Com as testemunhas:

1. - Nilton Galatti
2. - José Hercílio Benay

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

11.79

O abaixo-assinado, Manoel Rodrigues dos Santos, acendedor, chapa 8233, por este instrumento dá á Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro plena e geral quitação, não se julgando com direito a qualquer reclamação futura contra dita Companhia perante a Justiça, as autoridades e os tribunales administrativos do Ministerio do Trabalho, de vez que, neste acto, lhe foram integralmente pagos os vencimentos atrazados a que tinha direito, de 31 de Outubro de 1934 a 31 de Outubro de 1936, ou sejam, dois annos, confôrme decisão constante do accórdão de 14 de Novembro de 1935 do Venerando Conselho Nacional do Trabalho, proferida nos autos do processo nº 4.024/34 (Publicado no Diario Official de 9 de Março de 1936, á pag. 1.936); pe-lo que, de sua livre e espontanea vontade, desiste do direito que lhe foi assegurado, no referido accordão, de ser reintegrado no cargo que anteriormente exercia na Companhia, visto não lhe convir mais continuar ao serviço da mesma. Para os devidos effeitos juridicos, presentes e futuros, firma o presente documento em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro,



14 de Novembro de 1936

Manoel Rodrigues dos Santos

Como testemunhas:

1. - Victor Galitti
2. - José Hercilio Henry

Att
Att

M. 80

I N F O R M A Ç Ã O

Em 20 de Junho ultimo esta Secretaria fez expedir a notificação cuja a copia se encontra a fls. 67, no sentido de ser dado pela "Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro" cumprimento ao despacho do Snr. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio que, confirmando a decisão deste Conselho de 14 de Novembro de 1935, determinou a reintegração de Manoel Rodrigues dos Santos, com direito aos vencimentos atrasados a partir de 31 de Outubro de 1934.

Como até 10 de Setembro ultimo não tivesse a Empresa em questão attendido a dita notificação, o Conselho Nacional do Trabalho (accordão de fls. 73, publicado no Diario Official de 10 de Outubro do corrente anno), resolveu applicar á "Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro" a multa de seis contos de reis e mais de cincoenta mil reis por dia, contados da data do vencimento do prazo fixado na já referida notificação - 7 de Julho p. passado - até que se effectivasse a reintegração de Manoel Rodrigues dos Santos, conforme determinou o accordão deste Conselho e respectivo despacho do Snr. Ministro do Trabalho,

Dessa decisão teve conhecimento a alludida Empresa pelo o officio constante por copia a fls. 74, datado de 20 de Outubro do corrente anno.

No requerimento ora appensado a este processo, a "Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro", accusando o recebimento do officio desta Secretaria acima mencionado, informa que a decisão deste Conselho já foi integralmente cumprida, conforme fazem prova os documentos que apresenta.

Pelo exame do primeiro documento (fls. 78) verifica-se que Manoel Rodrigues dos Santos recebeu da "Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro" a importancia de seis contos e quatrocentos mil reis correspondente aos seus salarios no periodo comprehendido entre 31 de Outubro de 1934 a 31 de

Outubro do corrente anno, pelo que deu a citada Empreza plena e geral quitação, de accordo com a resolução em apreço.

Pela copia photostatica de fls. 79, constata-se que o reclamante depois de integralmente pago e satisfeito dos seus vencimentos atrazados, de sua livre vontade renunciou ao direito que lhe foi assegurado por este Conselho, isto é, de ser reintegrado no cargo que anteriormente exercia naquella Empreza, visto "não lhe convir mais continuar ao serviço da mesma".

Em vista desses documentos, requer a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro o archivamento dos presentes autos, bem como a dispensa da multa que lhe foi imposta pelo accordo de fls. 73.

Não parece a esta Secção procedente o pedido da Empreza no sentido de ficar isenta do pagamento da multa que lhe foi imposta pelo facto de haver cumprido a decisão deste Conselho, isto porque tal multa foi applicada justamente pela falta de execução da mesma decisão.

O desempenho da decisão não implica a isenção da penalidade. Multada que foi pelo accordo de fls. 73, publicado no Diario Official de 10 de Outubro p. passado, somente em 13 de Novembro findo a Empreza em questão deu cumprimento a resolução deste Conselho.

Caso a Societé Anonyme du Gaz não tivesse se conformado com a applicação da multa, poderia recorrer da mesma para o Snr. Ministro do Trabalho, dentro do prazo de 10 dias, contados da data da notificação - 20 de Outubro ultimo - com prévio deposito da importancia da penalidade, nos termos do art. 2º § unico do Decreto nº 22.131, de 23 de Novembro de 1932.

Seria esse, a meu ver, o unico recurso por intermedio do qual a citada Empreza talvez se eximisse do paga-

mento da penalidade em aprego.

No entanto, a Societé Anonyme du Gaz deixou decorrer o prazo para o recurso legal e somente sessenta dias após a decisão que lhe applicou multa é que providenciou a execução da decisão deste Conselho, que determinou a reintegração de Manoel Rodrigues dos Santos nos serviços, com direito aos vencimentos atrasados.

Por todos esses motivos, parece a esta Secção que o presente processo deverá ser encaminhado á Contadaria desta Repartição, afim de serem tomadas as providencias de que trata o art. 38 e seus §§ do Regulamento approved pelo Decreto n° 24.784, de 14 de Julho de 1934, em pleno vigor, para, depois então, ser apreciado pelo Egregio Conselho, mediante os documentos ora apresentados, o pedido de archiva-mento destes autos,

S. M. J.

Primeira Secção, 10 de Dezembro de 1936

Francisco Simão da Silva

1º Official

em consideração do Snr. Director Geral de
acordo com a informação supra.

Rio de Janeiro, 12 de Dezembro de 1936

Theodoro de Almeida Lodi

Director da 1ª Secção

8/12/36

VISTO-Ao Snr. Dr. Procurador Geral,
de ordem do Exmo. Snr. Presidente.

Em 8 de Janeiro de 1937

Mauro de Lacerda

Director da Secretaria

Rec. na Proc. em 11-1-37

M. 81

VISTO

Ao Dr. 1º Procurador Adjunto
 Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1934

Procurador Geral

Quanto se vê da informação, a empresa foi multada porque se negou a cumprir a decisão deste Conselho, conforme expressamente declarou a pl. 69. Posteriormente, porém, voluntária a empresa e entrou em acordo com o redamante, conforme faz constar o des. de pl. 78 e 79. Não obstante uns documentos, parece-me que a satisfação tardia do preceito, não exonera a empresa da multa, aplicada legitimamente. Pelo mesmo, o Excelego Conselho não tem atribuições para recomendar a multa por decisão.

2º me não parece. (S.M.)

Rio 13/1/1934

Ernesto F. Sáez (apto) 1º Adjunto do C. Geral

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Presidente.

Em 15 de Janeiro de 1934

Director da Secretaria

M. 92

Designo relator o Sr. Conselheiro

Alfonso Albano

Rio de Janeiro, 18 de 1 de 1937

[Signature]
PRESIDENTE

~~Designo relator o Sr. Antonio de
Azevedo. Rio 12-III-37. J. Albano
V. Pres. em exercicio.~~

1.ª Secção respectiva, na forma.

do Regulamento em vigor.

Rio, 5 de 4 de 1937

Favillatunes

Recbido na 1.ª Secção em 5.4.37

CONSELHO PLENO

C. N. T. 18

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

(1ª SEÇÃO)

903

PROCESSO N. 4024

1934

ASSUNTO

Manoel Rodrigues dos Santos

Solicitando seu aproveitamento na Itaipari

Exam. Light em virtude da extinção do s/carg.

RELATOR Dr. Moreira de Almeida

~~Dr. J. Albano~~

DATA DA DISTRIBUIÇÃO

18/1/37

12/1/37

DATA DA SESSÃO

23/3/37

RESULTADO DO JULGAMENTO

De acordo com o voto escrito



MINISTERIO DO TRABALHO,
INDUSTRIA E COMMERCIO

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Proc. 4.024/34

ACCORDÃO

1a. Seção

Ag/CS

19 3 7

Vistos e relatados os autos do processo em que são partes: Manoel Rodrigues dos Santos e a Societé Anonyme du - Gas do Rio de Janeiro, no qual ora requer esta ultima o archiva-mento do mesmo processo, para o effeito de não ser executado o Accordãe deste Conselho de 10 de Setembro de 1936, que a conde-mnou ao pagamento da multa de 6:000\$000 e da de 50\$000 diarios até effectiva reintegração do sobredito Manoel Rodrigues dos San-tos:

CONSIDERANDO que o alludido Accordão de 10 de Setembro de 1936 transitou em julgado, por não ter a parte condemnada inter-posto no prazo legal, para o Sr. Ministro do Trabalho, o recurso previsto no art. 34, § 1º do Regulamento approved pelo Dec. nº 24.784 de 14 de Julho de 1934; alem disso,

CONSIDERANDO que o art. 38 do mesmo Decreto preceitúa que nenhum recurso ou pedido de reconsideração será admittido sem o previo deposito das multas dentro de 10 dias da data da notifica-ção. Ora, na especie a Societé nenhum deposito fez, e o prazo de 10 dias para que o tivesse feito já se havia ha muito esgottado, quando veio ella com o seu pedido de fls. 76;

CONSIDERANDO que, uma vez recusado cumprimento a uma decisão deste Conselho (como o foi na especie, fls. 69), e imposta a compe-tente multa, não pode esta desaparecer ou ser dispensada pela tar-dia satisfação que sobrevier, por parte da empresa faltosa;

CONSIDERANDO que, effectivamente, o art. 37 do decreto citado impõe a multa de 50\$000 diarios no caso de recusa de cumprimento da decisão, "até que elle integralmente se realize, sem prejuizo de ou-

outras penalidades previstas e da execução para pagamento das vantagens pecuniarias devidas, na conformidade da legislação vigente". e o Accordão de fls. 73, justamente, condemnou a Societé á multa de .. 6:000\$000 e á de 50\$000 por dia "até que se effectivasse a reintegração";

CONSIDERANDO, portanto, que o effeito do tardio cumprimento da decisão deste Conselho é, nos termos da lei e do julgado, evitar que continúe a fluir a multa diaria de 50\$000, da data desse serodio cumprimento em diante, sem nenhum effeito quanto ao período já transcorrido;

CONSIDERANDO, ademais, que na especie, alem de ter feito prolongar-se o processo por mais de 2 annos, a Societé protelou durante mais de 7 mezes a reintegração ordenada, desobedecendo de modo ostensivo á decisão deste Conselho e declarando que ia - appellar para o Poder Judiciario, a cujas portas ia bater na esperança bem fundada de alcançar justiça -, o que, alem do mais, envolvia uma censura injustificada a este mesmo Conselho;

CONSIDERANDO que, naturalmente compellido por tão dilatada delonga, viu-se o reclamante Manoel Rodrigues dos Santos forçado a aceitar o accordo de fls. 79, onde se declara desistir elle da reintegração decretada, e que dest'arte não se fez afinal effectiva. Aliás, quando mesmo houvesse sido cumprido tardiamente a reintegração, nem por isso a multa perderia sua razão de ser, nem por isso seria caso de sua dispensa, como acima ficou demonstrado;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, indeferir o pedido da Societé Anonyme du Gaz, de fls. 76, e mandar que se proceda, sem mais delonga, nos termos do art. 38 §§ 1º e 2º do cit. Dec. nº 24.784, relativamente á inscripção e cobrança executiva das dividas representadas pelas alludidas multas, e correspondendo a de 50\$000 diarios ao período decorrido do vencimento do prazo fixado na notificação feita para cumprimento da reintegração

M. 80

reintegração ordenada, até 13 de Novembro de 1936, data do pagamento de fls. 78 e 79.

Rio de Janeiro, 23 de Março de 1937

Indfonis' Alen Albano

Vice-Presidente, no
exercício da Presidencia

M. Moreira de Azevedo

Relator

Fui presente:

J. Lins de Barros

Procurador Ger al

Publicado no "DIARIO OFFICIAL" em 11 de Maio de 1937

M. G. 7

1-829/37-4.024/34.

Sr. Superintendente da Societé Anonyme du Gaz
Rua Marechal Floriano Peixoto nº 168
Districto Federal

Transmitto-vos, para os devidos fins, copia
autenticada do accordão proferido pelo Conselho Nacio-
nal do Trabalho, em sessão plena de 23 de Março do cor-
rente anno, nos autos do processo em que são partes es-
sa Empresa e o funcionario Manoel Rodrigues dos Santos.

Junto aos presentes autos, nestes autos, o recurso interposto

pelos interessados e a decisão do Conselho de Janeiro para o Sr. Minis-

tro do Trabalho, da decisão deste Conselho de que trata o accordão

de fls. 73.

(J. B. de Martins Castilho)
Diretor de Secção, 28 de Julho de 1937

Director de Secção, no impedimento do

Director Geral

Off. Adm. Classe "K"

Handwritten marks and scribbles in the top left corner.

Mais

28

AE/22BT.

1-822/37-4.024/34

Sr. Superintendente da Société Anonyme du Gaz

Rua Marechal Floriano Peixoto n.º 188

Distrito Federal

Transmitto-vos, para os devidos fins, copia
autenticada de acordo proferido pelo Conselho Nacio-
nal de Trabalho, em sessão plena de 22 de Março de cor-
rente anno, nos JUNTA DA em que se trata es-
sa Empresa e o funcionario Manoel Rodrigues dos Santos.

Junto aos presentes autos, nesta data, o recurso interposto
pela Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro para o Snr. Minis-
tro do Trabalho, da decisão deste Conselho de que trata o accordão
de fls. 73.

Primeira Secção, 26 de Julho de 1937

Francisco Dias da Silva

Off. Adm. Classe "K"

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

M. 98

Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1937

GC -10.

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho

NOS AUTOS DO PROCESSO N° 4024/34

A "SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO", nos autos do processo n° 4024/34, de reclamação de Manoel Rodrigues dos Santos, requer a V.Exa. se digne encaminhar a S.Exa. o Senhor Ministro do Trabalho as inclusas razões de recurso, como admite o regulamento baixado com o Decreto n° 24.784, de 14 de Julho de 1934.

P.Deferimento

Rio de Janeiro,



26 de Junho de 1937

Handwritten signature

C.A.Sylvester
Representante

No off. de Lous para informar
Em 1 de Julho de 1937
Heitor de Almeida Sales
Director da L.S.

MMJ/AA
ANNEXO

Recebido na 1.ª Secção em

Handwritten signature

PROTÓCOLO
8908
286
SECRETARIA DO CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO
MINISTRO
PRESIDENTE
DIRETOR GERAL
PROCURADORIA
1.ª SECCAO
2.ª SECCAO
3.ª SECCAO
CONTADOR
FISCALIZADOR
ENGENHEIRO
ESTADISTICO

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1937

CC -11.

Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio

Nos autos do processo nº 4024/34, de
reclamação de MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS

A "SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO", pelo seu representante abaixo-assignado, não se conformando com a decisão do Egregio Conselho Nacional do Trabalho, constante do accordão de 23 de Março de 1937, a qual indeferiu o pedido de archivamento do presente processo, vem respeitosamente recorrer a V.Exa., com fundamento nas seguintes razões:-

HISTORICO DO CASO

A)- O recorrido inicialmente entrou ao serviço da Recorrente, no Departamento da Distribuição, a 14 de Julho de 1914.

B)- A 21 de Novembro de 1923, de sua livre e espontanea vontade, despediu-se do emprego.

C)- A 8 de Dezembro de 1926, voltando á presença de seus antigos superiores hierarchicos, solicitou sua readmissão, no que foi attendido.

D)- A 29 de Março de 1934, em virtude da sua má conducta habitual, foi dispensado do serviço, tendo sido, de vespera, avisado dessa resolução, conforme preceitua o artigo 1221 do Código Civil.

E)- A 19 de Abril de 1934 dirigiu o recorrido uma reclamação ao Conselho Nacional do Trabalho, allegando ter sido summariamente dispensado, não obstante contar cerca de 14 annos de serviço.

F)- Justificando seu acto, apresentou a Recorrente, a 7 de Junho de 1934, entre outros, os seguintes esclarecimen-

tos ao Egregio Conselho Nacional do Trabalho:- o reclamante, ao ser dispensado, contava apenas 7 annos, 3 mezes e 28 dias de casa; por conseguinte, não lhe assistiam as garantias da indemissibilidade, a que se refere o artigo 53 do Decreto nº 21.081, de 24 de Fevereiro de 1932; isso, em virtude da jurisprudencia pacifica e uniforme do mesmo Conselho, segundo a qual "o empregado, que por sua conveniencia deixa o lugar que occupa, renuncia a todas as vantagens de seu cargo e, consequentemente, si fôr readmittido ao serviço da mesma empresa, porque esta o quer acceitar, volta como empregado novo, que nunca na mesma tivesse trabalhado". Era essa precisamente a situação do reclamante naquella época.

G)- Tratando-se, assim, de empregado demissivel adnutum, a situação do recorrido perante a Recorrente regulava-se pelo disposto no artigo 1221 do Codigo Civil, e não pelo referido artigo 53 do Decreto nº 21.081.

H)- Isso posto, foi-lhe dado pela Recorrente o competente "aviso-prévio" de sua dispensa.

I)- A 6 de Setembro de 1934 o Conselho Nacional do Trabalho officiou á Recorrente, solicitando lhe fosse enviada a fé de officio do recorrido, no que foi immediatamente attendido (vide officio GC-7).

J)- A 23 de Abril de 1935 resolveu o Egregio Conselho dar provimento á queixa do recorrido, determinando sua reintegração no serviço da Recorrente, com todas as vantagens legais.

K)- Assim decidiu o Egregio Conselho Nacional do Trabalho por força da interpretação que acabava de ser dada pelo Sr. Ministro do Trabalho ao caso de empregados com tempo de serviço superior a 10 annos, embora não consecutivos.

L)- Com essa decisão do Venerando Conselho não pode conformar-se a Recorrente, uma vez que a nova interpretação dada pelo Sr. Ministro do Trabalho ao artigo 53 do De-

creto nº 21.081 só foi divulgada a 31 de Outubro de 1934, enquanto que a demissão do reclamante se dá em Março do mesmo anno, ocasião em que ainda prevalecia a anterior jurisprudencia do Conselho Nacional do Trabalho e na qual a Recorrente em boa fé se baseára.

M)- Nesse sentido foram apresentados ao Conselho Nacional do Trabalho as razões de embargos da Recorrente.

N)- A 14 de Novembro de 1935 resolveu o Conselho Nacional do Trabalho receber os embargos da Recorrente para o effeito de julgar-os procedentes em parte, determinando, porem a reintegração do reclamante nos seus serviços, com direito aos vencimentos atrasados, a partir da data do despacho ministerial acima referido, isto é, de 31 de Outubro de 1934 em diante.

O)- Não se conformando ainda com essa decisão do Egregio Conselho, recorreu a Recorrente, a 31 de Abril de 1936, para V.Exa., conforme lhe faculta a lei. Entretanto, V.Exa. não chegou a tomar conhecimento do recurso... ? p. 65

P)- Porque a 20 de Junho de 1936 já o Egregio Conselho a notificava a dar cumprimento, no prazo de 10 dias, á decisão de 14 de Novembro de 1935, sob pena de, decorrido esse lapso de tempo ficar a Recorrente sujeita ás sanções previstas nos artigos 32, letra "a", e 37 do Regulamento approved pelo Decreto nº 24.784, de 14 de Julho de 1934 .

Q)- A 10 de Setembro de 1936 o Conselho Nacional do Trabalho applicava de facto á Recorrente a multa de 6:000\$000 e mais a de 50\$000 por dia.

R)- A essa decisão respondeu a Recorrente com o seu officio GC-11, de 18 de Novembro de 1936, informando ao Venerando Conselho que já havia dado cumprimento ao citado accordo de 14 de Novembro de 1935.

S)- Com effeito, a 13 do mesmo mez de Novembro de 1936, a Recorrente pagou ao recorrido a importancia de

6:400\$000, correspondente aos seus salarios atrazados, tudo na conformidade do citado accordão do Conselho Nacional do Trabalho (14 de Novembro de 1935).

T)- Nessa mesma occasião, depois de ter recebido a alludida importancia em dinheiro, o recorrido de sua livre e espontanea vontade renunciou ao direito que tambem lhe fôra assegurado no referido accordão- qual o de ser reintegrado no cargo que exercia visto não lhe convir mais continuar a serviço da Recorrente.

U)- Ora, achando-se devidamente cumprido o accordão de 14 de Novembro de 1935, requereu a Recorrente- como era natural - o archivamento definitivo do processo.

V)- Tomando conhecimento desse pedido, deliberou o Conselho, a 23 de Março ultimo, indeferil-o, mandando que se procedesse, nos termos do Decreto n° 24.784, á inscripção a cobrança executiva da divida representada pela alludida multa.

Eis, em traços largos, o historico do caso.

Vejamos, agora, a improcedencia da multa imposta á Recorrente.

Improcedencia da multa.

1)- Evidentemente improcede a manutenção da multa imposta pelo Conselho á "Société", porquanto já foi devidamente cumprido o accordão de 14 de Novembro de 1935 - razão de ser da referida penalidade.

Com effeito, a 13 de Novembro de 1936 o reclamante Manoel Rodrigues dos Santos recebeu da "Société" a importancia de Rs. 6:400\$000, correspondente aos seus salarios atrazados, conforme determinára o referido Accordão de 14 de Novembro de 1935.

Aliás, consta dos autos do presente processo uma copia photostatica do recibo passado pelo reclamante á "Société", dando-lhe plena e geral quitação.

Quanto á readmissão de Manoel Rodrigues dos Santos aos serviços da recorrente, isto não se deu em virtude do mesmo ter, de sua livre e espontanea vontade, renunciado a esse direito.

É o que se pode constatar do documento de fls., assignado pelo reclamante a 13 de Novembro ultimo, e que pedimos venia para transcrever:-

"O abaixo-assinado, Manoel Rodrigues dos Santos, acendedor, chapa 8233, por este instrumento dá á "Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro" plena e geral quitação, não se julgando com direito a qualquer reclamação futura contra dita Companhia perante a Justiça, aos autoridades e os tribunales administrativos do Ministerio do Trabalho, de vez que, neste acto, lhe foram integralmente pagos os vencimentos atrasados a que tinha direito, de 31 de Outubro de 1934 a 31 de Outubro de 1936, ou sejam, dois annos, conforme decisão constante do accordão de 14 de Novembro de 1935 do Venerando Conselho Nacional do Trabalho, proferida nos autos do processo nº 4024/34 (Publicado no "Diario Oficial" de 9 de Março de 1936, á pagina 1936), pelo que, de sua livre e espontanea vontade, desiste do direito que lhe foi assegurado, no referido accordão, de ser reintegrado no cargo que anteriormente exercia na Companhia, visto não lhe convir mais continuar ao serviço da mesma. Para os devidos effeitos juridicos, presentes e futuros, firma o presente documento em duas vias, na presença de duas testemunhas".

Ora, achando-se devidamente cumprido o accordão de 14 de Novembro de 1935 e, por conseguinte, nada mais havendo a decidir, cumpria ao Egregio Conselho Nacional do Trabalho archivar o presente processo, e não proseguir, impondo a multa,

M. 94

conforme o fez pela decisão ora recorrida- multa essa que é uma verdadeira iniquidade, de vez que o accordão foi plenamente cumprido.

Á vista do exposto, espera a Recorrente que V.Exa., com o alto espirito de justiça que caracteriza suas decisões, se dignará de dar provimento ao presente recurso, reformando o accordão do Venerando Conselho Nacional do Trabalho, conforme é de inteira

J u s t i ç a

Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1937

C.A. Sylvester
Representante

MMJ/AA

Isento de sello ex-vi do
art. 67 do dec. 20.465
de 1931.



M. 98

I N F O R M A Ç Ã O

Em petição dirigida a este Conselho a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, requereu o archivamento do presente processo, para o effeito de não ser executado o accordão de 10 de Setembro de 1936 (fls. 73), que a condemnou ao pagamento da multa de 6:000\$000 e da de 50.000 diarios até effectiva reintegração de Manoel Rodrigues dos Santos.

Apreciando esse pedido, o Conselho Nacional do Trabalho, por accordão de 23 de Março de 1937, publicado no Diario Official de 11 de Maio ultimo, resolveu indeferil-o e mandar que se procedesse nos termos do art. 38, §§ 1º e 2º do Dec. nº 24.784, de 14 de Julho de 1934, relativamente á inscripção e cobrança executiva das dividas representadas pelas referidas multas, e correspondendo a de 50.000 diarios ao periodo decorrido do vencimento do prazo fixado na notificação feita para cumprimento da reintegração ordenada até 13 de Novembro de 1936, data em que foi effectuado o pagamento dos vencimentos.

INFORMAÇÃO

No requerimento de fls. 88, a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, solicita sejam encaminhados ao Sr. Ministro do Trabalho, os argumentos de fls. 89 e seguintes, com os quaes pretende recorrer para S. Excia., afim de ser modificada a decisão do Conselho Pleno.

Informando-me cabe esclarecer que os recursos de multas são regulados pelo Decreto nº 22.131, de 23 de Novembro de 1932, que no seu art. 2º, § unico, declara que nenhum recurso será admittido sem o previo deposito das multas, dentro do prazo de 10 dias, contados da data da notificação.

Ora, no caso destes autos a notificação da multa (officio cuja copia consta á fls 74), foi feita em 20 de Outubro de 1936 e o pedido de isenção foi offerecido, sem o



OJQAMPOIMI

deposito da penalidade, em 19 de Novembro do mesmo anno, quando já havia esgottado o prazo para tal fim.

Não obstante, insiste a Societé Anonyme du Gaz em recorrer para o Sr. Ministro do Trabalho da multa que lhe foi imposta, deixando, mais uma vez, de apresentar o indispensavel documento referente ao deposito da multa recorrida, conforme exige o Dec. que regula a materia.

Prestados estes esclarecimentos, proponho, preliminarmente, seja o presente processo encaminhado á Contadoria deste Conselho, afim de ser procedida a inscripção e cobrança executiva da divida referente as alludidas multas, de accordo com a resolução do Egregio Conselho Nacional do Trabalho (accordão de fls. 84/85) para, depois então, ser o mesmo submettido á elevada consideração do Exm^o Sr. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio autoridade a quem cabe se pronunciar, em definitivo, sobre o recurso ora informado, salvo melhor juizo da Douta Procuradoria Geral a cuja consideração deverá subir este processo.

Ao Sr. Director desta Secção para os devidos fins.

Retardado devido ao accumulo de serviço a meu cargo.

Primeira Secção, 26 de Junho de 1937.

Off. Adm. Classe "K"

A' consideração do Snt. Director Geral de accordo com a informação supra

Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1937

Theodoros de Almeida Fodda

Director da 1^a Secção

VISTO-Ao Sny. Dr. Procurador Geral,
de ordem do Exmo. Sny. Presidente.

Em 3 de agosto de 1937

Masvidal,
Director da Secretaria

VISTO

Ao Dr. 1º Procurador Adjunto

Mo de Janeiro, 5 de agosto de 1937

Levy

Procurador Geral

Opiniamos pelo enu-
mihamento a D. Exci. o
re. Ministro, estando supri-
cientemente demonstrado no
assido renuncio o nullo
cabimento da petencao.

Rio 7/8/1937.

Genesio Antonio Baptista
1º. Adv. do G. Jural

12/8/37

P' consideracao
do Am. Presidente

Rio 7/8/37
Masvidal
Director

A consideracao do Exci

1º. Ministro

Rio, 16 de agosto de 1937

AV

Mantenimento de ...
D. L. P. 24-8-1937

DIRECTORIA GERAL DE EXPEDIENTE

De ordem do Director

à 2ª Secção.

Em 24 de agosto de 1937

Secretario

Recbido Mantenimento de 27950-936

Segue o extracto do assumpto, seguido de

... para inserção no Diário Oficial.

Em 24-8-1937 Reicota
Escritecy.

Vis. Em 30 ago. 1937.

Antônio
Director de Secção, int.

Publicado no "DIARIO OFFICIAL"

de 31 de ago. de 1937

Esta em

D. G. E. 7950 — de 1936
(ou C n.º 4024-934)

DIRECTORIA GERAL DE EXPEDIENTE

2ª SECÇÃO

Está em curdior de ser restituido
ao Conselho o presente processo.
Em 1 set 1937.

[Signature]
Director de Secção, int.

AO CONS. NAC. DO TRABALHO

Ed. 1 / IX - 1937

[Signature]
Di.
Compra de
R\$ 6/9/37
[Signature]

N.º 1.ª Secção,
para fazer expediente
à empresa.

R\$ 899/37
[Signature]
Director

No of. Leias de Leis para compra
Em 18 de Setembro de 1937
Theodoro de Almeida Sobrinho
Director da 1.ª Secção

[Large handwritten signature]
1.º de 1937

CN/SSBF.

27

Setembro

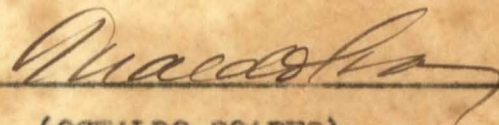
7

1-1.552/37-4.024/34

Sr. Representante da Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro
Avenida Marechal Floriano Peixoto
Rio de Janeiro

Levo ao vosso conhecimento, de ordem do Sr. Presidente, que o Sr. Ministro do Trabalho, Industria e Comercio, apreciando o recurso interposto por essa Empresa da resolução do Conselho Nacional do Trabalho que vos condemnou ao pagamento da multa de 6:000\$000 e mais a de ... 50\$000 diarios até a effectiva reintegração do funcionario Manoel Rodrigues dos Santos, em 21 de Agosto findo, proferiu o seguinte despacho: "Mantenho a decisão do Conselho Nacional do Trabalho.

Attenciosas saudações



(OSWALDO SOARES)

Director da Secretaria